

# RBB

Volume 1      Número 3      2005

## Revista Brasileira de Bioética



# Sociedade Brasileira de Bioética - SBB

## Diretoria / 2005-2007

**Presidente** José Eduardo de Siqueira (PR)

**1.º Vice** Fermin Roland Schramm (RJ)

**2.º Vice** Elma Lourdes Campos Pavone Zoboli (SP)

**3.º Vice** Delio José Kipper (RS)

**1.ª Secretária** Nilza Maria Diniz (PR)

**2.º Secretário** Márcio Fabri dos Anjos (SP)

**1.ª Tesoureira** Kiyomi Nakanishi Yamada (PR)

**2.º Tesoureiro** Mauro Machado do Prado (GO)

## CONSELHO FISCAL

Christian de Paul de Barchifontaine (SP)

Maria Clara Feitosa Albuquerque (PE)

Paulo Antônio de Carvalho Fortes (SP)

## COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA

Aurélio Molina (PE)

Dora Porto (DF)

José Geraldo de Freitas Drummond (MG)

Jussara Azambuja Loch (RS)

Reinaldo Ayer de Oliveira (SP)

Rita Leal Paixão (RJ)

## Revista Brasileira de Bioética – RBB

**Editor** Volnei Garrafa

**Editora Executiva** Dora Porto

**Editores Associados** Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre

**Revisão** Kenia Alves (espanhol), Ana Cláudia Almeida Machado, Ana Tapajós e Mauro Machado do Prado (inglês)

**Jornalista responsável** Gustavo Tapioca (MTB/BA – 547)

**Capa** Marcelo Terraza

**Conselho Editorial** Ana Tapajós, A. C. Rodrigues da Cunha, Christian de Paul de Barchifontaine, Cláudio Cohen, Claudio Lorenzo, Débora Diniz, Délio Kipper, Dirceu Greco, Edvaldo Dias Carvalho Júnior, Eliane Azevedo, Elias Abdalla Filho, Elma Zoboli, Gabriele Cornelli, Ivan de Moura Fé, José Eduardo de Siqueira, José Geraldo Drummond, José Roberto Goldim, Laís Záu Araújo, Leocir Pessini, Lourenço Zancanaro, Lucilda Selli, Márcio Fabri dos Anjos, Maria Clara Albuquerque, Maria Cristina Massarollo, Maria de Fátima Oliveira, Marilena Corrêa, Marlene Braz, Mauro Machado do Prado, Nilza Diniz, Paulo Fortes, Rita Leal Paixão, Sérgio Ibiapina Costa, Sérgio Rego, Wilton Barroso Filho.

**Apoio:** Departamento de Ciência e Tecnologia – DECIT / Ministério da Saúde

A SBB estimula e autoriza a reprodução total ou parcial por todos os meios desde que citada a fonte.

## Sumário

### 239 Editorial

#### Artigos Especiais

### 241 BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS

*Bioethics and Human Rights*

Pierre Sané

### 248 BIOÉTICA, MEIO AMBIENTE E VIDA HUMANA

*Bioethics, environment and human life*

José Eduardo de Siqueira

#### Artigos Originais

### 257 BIOÉTICA E RELIGIÃO

*Bioethics and religion*

Marco Segre

### 264 NUEVO HUMANISMO PARA EL SIGLO XXI

*New humanism for the 21<sup>st</sup> Century*

Jesús Conill

### 279 A BIOÉTICA CLÍNICA E A TERCEIRA IDADE

*Clinical Bioethics and the elderly*

Sérgio Ibiapina F. Costa

### 289 ÉTICA E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS ATUAIS

*Ethics and sustainability: present current challenges*

Abraham Benzaquen Sicsú

### 297 BIOÉTICA DAS INTUIÇÕES PIONEIRAS –

PERSPECTIVAS NASCENTES AOS DESAFIOS DA  
CONTEMPORANEIDADE – II

*Bioethics of the pioneer intuition and rising perspectives  
connected to some challenges of contemporary*

Leo Pessini

## Seções

**312** Resenha de livros

**314** Atualização científica

Documentos

**317** CARTA DE BUENOS AIRES

**323** Teses, dissertações e monografias

## Editorial

A RBB traz neste número algumas das conferências apresentadas durante o VI Congresso Brasileiro de Bioética, I Congresso de Bioética do Mercosul e Fórum da Rede Latino-Americana e do Caribe de Bioética da UNESCO - REDBIOÉTICA, realizados entre 30 de agosto e 03 de setembro de 2005 em Foz do Iguaçu e promovidos pela Sociedade Brasileira de Bioética.

Reunindo aproximadamente 800 participantes entre brasileiros, latino-americanos, estadunidenses e europeus, o evento promoveu discussões sobre a matriz epistemológica da bioética, os parâmetros éticos que devem orientar as relações com o ambiente, a educação e a pesquisa envolvendo seres humanos, entre outras. A diversidade de temas e a profundidade alcançada nos debates mostraram que a bioética brasileira, em poucos anos, tornou-se adulta e responsável.

Na seção de "Artigos Especiais" são apresentadas as colaborações do Diretor-Geral Assistente para Ciências Sociais e Humanas da UNESCO, Pierre Sané, uma das vozes internacionais mais respeitadas no campo dos direitos humanos, e do novo presidente da SBB, eleito no VI Congresso - José Eduardo de Siqueira - que faz uma reflexão sobre os avanços da tecnociência e suas eventuais interferências sobre o ambiente.

Os demais artigos que compõem o presente número da RBB, além da preciosa contribuição do filósofo espanhol Jesús Conill e relacionada com o novo humanismo, estão assinados por insignes representantes da bioética brasileira: Marco Segre, que trata de bioética e religião; Sergio Ibiapina F. Costa, que estuda a relação da bioética clínica com pacientes da terceira idade; Abraham B. Sicsú, que discute ética e sustentabilidade; e Leo Pessini, que apresenta a segunda parte de seu texto sobre os primórdios da bioética.

A programação editorial inicial da RBB previa espaço para alguns ajustes que fossem se mostrando necessários com a publicação dos quatro números iniciais que compõem o volume 1 ano 2005. É tarefa dos editores, portanto, ter um projeto editorial definitivo a partir de 2006, objetivando nossa indexação. Neste sentido, no próximo número divulgaremos algumas novas orientações para a publicação futura de trabalhos, provenientes de consultas e sugestões feitas junto aos membros do Conselho Editorial da revista, as quais estarão adequadas ao estilo Vancouver, hoje utilizado pela grande maioria das publicações científicas da área de saúde.

Desejamos uma boa leitura a todos(as) leitores(as).

## Os Editores



## Artigos especiais

Esta seção destina-se à publicação de artigos de autores convidados. Os textos serão publicados no idioma original.

# BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS

## *Bioethics and Human Rights*

**Pierre Sané**

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

[p.sane@unesco.org](mailto:p.sane@unesco.org)

**Resumo:** Esse trabalho discute a maneira como os Direitos Humanos deveriam acompanhar os avanços da ciência e das tecnologias de vida. Em particular, mostra como os Direitos Humanos e a dignidade humana devem ser abordados pela bioética. O associação da Bioética e Direitos Humanos é particularmente oportuna, dada a aprovação da *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos* pelos Estados Membros da UNESCO, que reflete o consenso internacional sobre o assunto. Reafirma, ainda que a Declaração sustenta uma bioética baseada nos Direitos Humanos e que as regras que protegem o direito das pessoas devem ser, concomitantemente, iguais em todo o mundo.

**Palavras-chave:** Bioética. Direitos Humanos. Dignidade humana. Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos. Legislações. Igualdade.

**Abstract:** This work discusses the way like the Human Rights apply or should the advances of sciences and life technologies. In particular, it shows how Human Rights and human dignity can be implemented in bioethics. The topic of Bioethics and Human Rights is particularly timely because of the approval of the *Universal Declaration on Bioethics and Human Rights* by the Member States of UNESCO. An international consensus seems indeed to have been reached on this issue. Reafirma, ainda que a Declaração sustenta uma bioética baseada nos Direitos Humanos e que as regras que protegem o direito das pessoas devem ser, concomitantemente, iguais em todo o mundo.

**Key words:** Bioethics. Human Rights. Human dignity. Universal Declaration on Bioethics and Human Rights. Legislations. Equality.

Gostaria de discutir como os Direitos Humanos se relacionam ou como deveriam se relacionar aos avanços das ciências da vida e das tecnologias. Em particular, irei considerar como nós podemos avançar na implementação dos Direitos Humanos e dignidade humana no âmbito da bioética. E quando digo "nós", refiro-me à comunidade internacional em geral e à UNESCO em particular, mas também a Governos, a vocês, a mim, à sociedade civil, às Organizações Não-governamentais (ONG), às academias.

O tema da Bioética e Direitos Humanos é particularmente oportuno porque foi homologada em 19 de outubro de 2005, em Paris, pelos Estados-Membros da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - a *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos*. Foi efetivamente alcançado um consenso internacional sobre o assunto nas duas reuniões prévias de peritos inter-governamentais, que oportunizaram a proclamação da referida Declaração.

Anteriormente, a UNESCO adotou a *Declaração Universal do Genoma Humano e Direitos Humanos*, em 1997 e a *Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos*, em 2003. Contudo, a preocupação ética com a ciência e a tecnologia não se iniciou com o progresso da genética, nem com a criação de um programa específico sobre Bioética na UNESCO, em 1993.

Durante a Segunda Guerra Mundial, experimentos alemães e japoneses com prisioneiros, a bomba atômica e os primeiros mísseis chamaram a atenção para as conseqüências éticas de atividades científicas. A criação da UNESCO e a adoção do *Código de Nuremberg* mostraram quão atenta estava a comunidade internacional para o papel fundamental que a ciência e a tecnologia desempenham na conquista da paz internacional e do bem-estar comum, (objetivos do sistema das Nações Unidas). Eles representam, ao mesmo tempo, meios essenciais para se atingir tais fins e como uma possível ameaça à sua consecução.

Desde a Segunda Guerra Mundial tornou-se evidente, que os Direitos Humanos e a dignidade humana constituem os valores básicos, inclusive para a ética na ciência. Dignidade humana e Direitos Humanos estão, adicionalmente, reafirmados no primeiro princípio da próxima Declaração. Se falarmos sobre experimentos em prisioneiros sem consentimento ou sobre tráfico de órgãos, não há dúvidas sobre a implicação dos Direitos Humanos nessa questão: essas práticas devem ser banidas. Elas são simplesmente contrárias à dignidade e integridade humanas, ao direito à vida, liberdade e segurança ou incompatíveis com a condenação da tortura e tratamentos degradantes, como afirma a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.



Esses precursores daquilo que ainda não era chamado bioética foram, de certo modo, eficientes: que eu conheça, não há mais relatos de experimentos forçados em prisioneiros. Não há dúvida de que o *Código de Nuremberg* e os esforços das Nações Unidas, incluindo a proclamação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, foram instrumentos efetivos para a erradicação de tais práticas e permanecem fundamentais para assegurar que continuemos a combatê-las.

Evidentemente, uma prática não desaparece apenas porque uma declaração internacional a condena. Não é nem mesmo pelo fato de uma prática ser simplesmente proibida que ela desaparece. As práticas inaceitáveis desaparecem porque as pessoas estão atentas para o fato de existirem e de serem inaceitáveis. Apesar do Direito ter um papel significativo nessa conquista, no que irei discutir mais adiante não lhe cabe a última palavra.

Algumas vezes me dizem que as declarações da UNESCO são ineficientes porque não são obrigatórias. Bem, é verdade que a UNESCO não possui força armada e tem muito pouco dinheiro. Não podemos fazer imposições ao mundo. Isso não é verdade somente com relação à UNESCO, mas também, suponho, com relação à maioria das pessoas. Mas ainda podemos fazer uma diferença que é ainda melhor que aquela que faríamos se fôssemos poderosos, porque o que nós fazemos é convencer. Nós queremos mudar culturas e práticas, induzir a transformação social. Coerentemente com nossa crença fundamental nos Direitos Humanos, queremos mudar o mundo fazendo com que pessoas queiram transformá-lo e ajudando-as a fazê-lo.

Eventos como este Congresso são cruciais para a disseminação da reflexão e dos princípios éticos. É porque idéias circulam no meio acadêmico, entre as ONG e por meio da imprensa que eventualmente alcançam, por um lado, ao público em geral e, por outro, aos governos. A UNESCO, com recursos limitados e enormes ambições, tenta catalisar aquelas pessoas que ajudam as idéias a transformar o mundo.

Acredito que um bom exemplo disso é a recente criação da Rede Latino-Americana e do Caribe de Bioética, a REDBIOÉTICA, que nasceu com o apoio da UNESCO. Havia uma demanda e um potencial na região para interligar em rede os especialistas em bioética e tudo o que nós fizemos foi dar o impulso, acender a faísca para permitir que especialistas e cidadãos promovam o avanço da bioética na região. O mesmo se pode dizer sobre as Cátedras de Bioética, como a estabelecida recentemente na Universidade de Brasília. A UNESCO está oferecendo assistência técnica e financeira inicial e assistência para o estabelecimento da Cátedra

fomentando, deste modo, a construção da competência regional e local na área da bioética.

Assegurar a discussão urgente desse tema na academia é, acredito, um caminho bastante eficiente para assegurar que ele eventualmente surja no debate público. Pensem apenas no modo como as mentalidades se transformaram em relação às questões ambientais, comparando-se com o que havia há vinte anos atrás ou, um pouco antes, com relação à escravidão.

Na medida em que as ciências da vida foram avançando, emergiram situações na quais era menos óbvio a maneira como os Direitos Humanos deveriam ser aplicados. Por exemplo, questões éticas relacionadas à pesquisa envolvendo seres humanos estão sendo levantadas atualmente. O modo como os Direitos Humanos se aplicam à pesquisa envolvendo seres humanos aparentemente não está muito claro para algumas companhias farmacêuticas, que tendem a usar a África como o local ideal para conduzir testes baratos e eficientes de medicamentos.

Um tratamento profilático para a Aids, por exemplo, foi testado em prostitutas africanas. Falando francês e sendo, muitas delas, analfabetas, essas mulheres receberam informações por escrito em inglês! Algumas na verdade acreditaram que estariam recebendo uma vacina contra a Aids e que não mais precisariam de proteção adequada. Evidentemente esse comportamento reforçou a eficiência do ensaio na medida em que ampliou a possibilidade dos sujeitos serem expostos ao vírus. Pior ainda, a essas mulheres não tiveram assistência médica ou acompanhamento específicos e algumas delas receberam placebo. Além do mais, não houve benefício significativo para os sujeitos participantes do experimento.

Tenho o prazer de dizer que tais procedimentos condenáveis são contrários aos princípios da Declaração recentemente homologada, que estabelece, por exemplo, que os interesses e bem-estar dos indivíduos devem ter prioridade sobre o interesse da ciência ou da sociedade; que os benefícios aos pacientes devem ser maximizados e os danos minimizados; que o consentimento deve ser prévio, livre e esclarecido; que a vulnerabilidade humana suscita a necessidade de proteção e que os benefícios da pesquisa devem ser compartilhados. De certa forma, a *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos* representa um esforço para inserir a idéia dos Direitos Humanos e da dignidade humana em novas situações provocadas pelo progresso das ciências da vida. O mundo dispõe hoje, portanto, de mais um instrumento internacional contrário a experimentos não-éticos envolvendo seres humanos.

Sabemos que essa visão universal da bioética em geral e das normas para pesquisas envolvendo seres humanos, em particular, baseadas nos Direitos Humanos e na dignidade humana, estão sendo contestadas por algumas pessoas que argumentam, por exemplo, que regulamentos regendo experimentos em seres humanos deveriam variar conforme o nível econômico, desenvolvimento social e cultural das populações envolvidas. Creio ser oportuno, nesse momento, que a Declaração tenha reafirmado uma bioética baseada nos Direitos Humanos e que as regras que protegem o direito das pessoas devem ser, concomitantemente, iguais em todo o mundo. O direito de receber assistência adequada e informação apropriada, de recusar ou retirar consentimento, direito à privacidade, à não-discriminação ou à diversidade cultural não pode - de forma alguma - depender da condição econômica, da cultura ou da cor da pele.

Muitos desses casos foram possíveis pela ausência de regulamentação específica com relação a esses experimentos em muitos países em desenvolvimento. Embora as declarações da UNESCO sejam de natureza não-vinculante, pretendem ser implementadas por meio de legislações domésticas e de regulamentos profissionais e são elaboradas para auxiliar os Estados-membro e as organizações profissionais no desenvolvimento de tais leis ou regulamentações. A UNESCO está apoiando os Estados-membro na implementação da Declaração. Nesse sentido foi particularmente interessante a reunião a ser realizada no México em novembro de 2005, quando foram analisadas as legislações nacionais da região. Tais encontros proporcionam oportunidade para que se estude em detalhes de que forma princípios éticos são inseridos na legislação doméstica e como essa implementação pode ser aperfeiçoada. Nessa questão específica, as ONG possuem um papel fundamental de articulação, uma vez que pressionam os governos a transformar princípios internacionais em legislação doméstica e educam à cidadania.

Devo acrescentar que a lei vai além da sua aplicação. A lei também modela práticas e culturas, tanto o quanto é modelada por elas. Dessa forma, influenciar o processo legislativo é um caminho efetivo para induzir o processo de transformação social que, orientado para a ética e para os Direitos Humanos, é tão válido quanto as atividades de sensibilização e de criação de capacidades.

Quando menciono experimentos forçados com prisioneiros ou experimentos não-éticos envolvendo populações vulneráveis, falo de problemas passados e presentes. As declarações existentes não tratam, evidentemente, de todas as situações atuais ou possíveis e ainda há muito por fazer com relação à bioética e aos Direitos Humanos, tanto no

estabelecimento quanto na implementação de padrões, princípios ou normas.

Imaginemos que alguns empregadores desejem realizar testes genéticos durante um processo de recrutamento – situação que soa como bastante provável embora não haja relato de algo semelhante até o momento. A *Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos* afirma que os dados não devem ser usados para discriminar ou estigmatizar. Acrescenta, ainda, que “atenção deve ser concedida às descobertas de estudos genéticos de base populacional e suas interpretações”. A questão sobre onde a discriminação de fato se inicia, permanece em aberto. Na medida em que estudos genéticos podem prever certas capacidades, não poderiam constituir o melhor teste para determinadas habilidades profissionais? Há, por exemplo, muita discussão sobre enviar astronautas à Marte. Esses astronautas serão expostos a uma quantidade considerável de radiação e alguns seres humanos apresentam uma melhor resistência à radiação que outros. Se pudermos prever essa resistência por meio de testes genéticos, não seria perfeitamente justificável usar um teste para esse trabalho?

Obviamente a resposta para essa pergunta depende da extensão até onde a genética de fato determina habilidades e comportamentos. No entanto, conhecimento científico e pesquisa isoladamente, ainda que necessários para responder tais indagações, não são suficientes. É necessária uma reflexão ética e filosófica sobre o que consideramos ou não discriminação e sobre como a genética nos força a aprofundar nosso conceito de liberdade. Eu, pessoalmente, argumentaria que nenhuma predeterminação genética deveria ser reconhecida pela lei, não importando que considerações científicas tenham a pretensão de provar que comportamentos podem ser geneticamente determinados.

Outra questão em aberto está na fronteira dos Direitos Humanos. O que os Direitos Humanos dizem sobre o meio-ambiente? A ênfase na dimensão individual parece favorecer a visão de que a natureza deve ser submetida à realização de nossas necessidades e desejos. Entretanto, ao afirmar que seres humanos têm o direito a um “padrão de vida adequado à saúde e bem-estar”, e que têm um “direito à vida, liberdade e segurança”, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* parece também defender a conservação do ambiente em função do homem.

A *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos*, assim como outras declarações anteriores, reconhece a necessidade de proteger as futuras gerações. Em um certo sentido, os direitos do indivíduo são, portanto, limitados não apenas pelos direitos de outros indivíduos vivos, mas também

por alguns direitos dos que ainda não nasceram. A Declaração também reconhece, seguindo outras declarações internacionais, a importância de proteger o meio-ambiente, a biosfera e a biodiversidade. Eu penso que esses dois pontos são novos desafios para as leis de Direitos Humanos, na medida em que suscitam questões sobre o tipo de direitos que poderão ter as futuras gerações e se seres ou sistemas não-humanos poderão possuir direitos fundamentais. Com relação a esse ponto, novamente, embora a pesquisa científica deva indubitavelmente ser levada em conta, uma parte da questão é especificamente ética e requer um debate aberto.

Direitos Humanos são obviamente relevantes para a bioética. A preocupação ética baseada nesses direitos comprovou tanto sua eficiência como sua urgência. Esperamos que a estrutura normativa internacional existente seja, em breve, enriquecida pela *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos* o que, acredito, irá se mostrar muito útil para o avanço da ética em ciência e tecnologia. Devemos afirmar a existência de princípios universais que se aplicam igualmente a todas as populações.

O trabalho que temos pela frente é duplo: por um lado, é necessária maior reflexão e debate aberto sobre várias questões, na esperança de obter consenso sobre aquelas ainda controversas, mas também com confiança de que esse debate levará a melhores resultados. Por outro lado, a implementação dos princípios existentes na regulação, na prática e na cultura, exige um esforço sustentado. Auxiliar os Estados-membro na implementação dos princípios universais por meio das legislações domésticas será uma prioridade para a UNESCO nos próximos anos.

Ao longo de ambos os caminhos, o fator-chave para o sucesso é o comprometimento global em todas as sociedades. A UNESCO irá manter sua ação no sentido do estabelecimento de padrões, conscientização e criação de capacidades; as ONG irão continuar pressionando os governos a legislar e educar; o mundo acadêmico irá permanecer desenvolvendo atenção e pesquisa e cada um de nós irá sentir que tem um papel na conquista dos objetivos que as Nações Unidas fixaram para si próprias: a paz internacional e o bem-estar comum.

\* Conferência apresentada no VI Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso de Bioética do Mercosul (Foz do Iguaçu, 2005).

Tradução: Ana Cláudia Machado; revisão: Ana Tapajós.

Recebido em 26/10/2005  
Aprovado em 08/11/2005

# BIOÉTICA, MEIO AMBIENTE E VIDA HUMANA

## *Bioethics, environment and human life*

**José Eduardo de Siqueira**

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.

[jtsique@sercomtel.com.br](mailto:jtsique@sercomtel.com.br)

**Resumo:** Este artigo apresenta uma reflexão sobre os avanços da tecnociência e suas eventuais interferências sobre o meio ambiente. Mostra o resgate da ética da responsabilidade sugerida em obras produzidas no século XX, desde Max Weber até Hans Jonas. Faz uma avaliação crítica da ciência moderna e de seu braço armado, a tecnologia. Sugere a necessidade do ser humano agir com parcimônia e humildade diante do extremo poder transformador da tecnociência.

**Palavras-chave:** Bioética. Tecnociência. Meio ambiente. Vida humana.

**Abstract:** This paper is a reflection about the advancements of science and its possibilities of transform the nature and environment. It shows the aim to rescue the ethics of responsibility suggested in references works of Max Weber and Hans Jonas. The ethics of responsibility is an extremely critical analysis of modern science and its principal arm, the thecnology. It suggests the need of all humans to act with moderation and humility in face of excessive power of technoscience to transform the inherent nature of man and the environment.

**Key words:** Bioethics. Technoscience. Environment. Human being.

Início este texto com as palavras de Engelhardt Jr.:

“O desafio da futura bioética é que possuímos mais do que nunca conhecimentos tecnológicos e não temos, entretanto, o menor sentido de como utilizá-los, sendo que a crise de nossa era é que adquirimos um poder inesperado e devemos usá-lo no caos de um mundo pós-tradicional, pós-cristão e pós-moderno” (ENGELHARDT JR., 1996).

Também Philipe Roqueplo fala-nos de distintos momentos no relacionamento tecnologia-natureza. O primeiro, chamado “arcaico”, em que a natureza era investida de um verdadeiro poder normativo. A liberdade

humana encontrava-se então inteiramente submetida a um horizonte natural. Em oposição, vivemos atualmente a pós-modernidade, mencionada por Engelhardt, em que a tecnociência é dotada de um poder quase ilimitado de exploração da natureza. Hoje, portanto, a tecnologia assumiu o caráter de um poder quase incontrolável, estando o *Homo sapiens* inteiramente subjugado ao *homo faber*. A relação entre ciência e técnica passou a ser dominante e o produto dessa união - a tecnociência - é dotado de poderes extraordinários.

A pesquisa, por sua vez, é gerenciada por instituições tecno-burocráticas. A tecnociência vai produzindo conhecimentos que, sem quaisquer reflexões éticas, transformam-se em regras impostas à sociedade que, obediente a essa máquina cega de saber, projeta-se trôpega por um longo e escuro túnel. Husserl, numa famosa conferência sobre a crise da ciência européia, já identificara um buraco cego no objetivismo científico: o vazio da consciência sobre si mesma. A partir do momento em que, de um lado, ocorreu o divórcio da subjetividade humana, reservada à filosofia, e a objetividade do saber, que é própria à ciência, o conhecimento científico desenvolveu tecnologias refinadas para conhecer todos os objetivos possíveis, mas se tornou completamente alheio aos valores essenciais da humanidade. É o que Morin denomina "ignorância da ecologia da ação", ou seja, a partir do momento em que é iniciada, a ação humana escapa das mãos do agente, entrando em jogo as múltiplas interações próprias da sociedade de mercado que a desviam de seu objetivo e, às vezes, lhe dão destino oposto ao inicialmente planejado.

Nesse processo, a idéia de homem se desintegra. As subespecialidades médicas eliminaram a idéia de ser humano biopsicosocial em troca de pobres variáveis biológicas de diferentes enfermidades. Esse divórcio entre os avanços científicos e a reflexão ética foi que levou Jonas a propor novos parâmetros para avaliar a responsabilidade sobre os impactos das ações, pois "a técnica moderna introduziu ações de magnitudes tão diferentes, com objetivo e conseqüências tão imprevisíveis, que os marcos da ética anterior já não mais podem contê-los" (JONAS, 1995).

É certo que os marcos da ciência moderna se encontram em Descartes e Bacon que concediam valorização extrema à experimentação. Ambos desprezavam o saber especulativo e privilegiavam o poder operativo da ciência. O ser humano para eles se converte em mestre e dono da natureza. Em *Avancements des Sciences* Bacon concita os homens a unirem forças para dominar a natureza "para tomar de assalto e ocupar seus castelos e suas praças" (RUSSEL, 1957). De fato, frente a tal invectiva, os homens de

ciência fizeram todo possível para responder à altura ao que Bacon propusera. E, tanto foi feito, que se produziu um novo modelo de entrelaçamento entre a técnica e a ciência, de tal modo que toda investigação contemporânea se realiza através do íntimo diálogo entre o conceito e a aplicação, a teoria e a prática. Em relação a isso Popper afirmou que:

"A história das ciências, como a de todas as idéias humanas, é uma história de sonhos irresponsáveis, de teimosia e de erros. Porém, a ciência é uma das raras atividades humanas, talvez a única, na qual os erros são sistematicamente assinalados e, com o tempo, constantemente corrigidos" (POPPER, 1975).

Diante dessa constatação é fundamental que cada um de nós, na condição de cientista ou cidadão, se indague sobre como considerar as vítimas fatais da tecnociência. O que falar, por exemplo, sobre todos aqueles que sucumbiram em Hiroshima e Nagasaki? Diante dessas atrocidades não se pode conceber que a ciência não esteja alicerçada numa sólida consciência ética do pesquisador, principalmente quando se leva em conta que ele não mais detém o poder absoluto sobre os processos de trabalho, mas sim, está a serviço de gestores do poder, que nem sempre cultivam preocupações dessa natureza. Se, indiscutivelmente, houve um avanço extraordinário quando a ciência, no século XVII, tornou-se independente da religião e do Estado e, se desde então, criou seu próprio imperativo "conhecer por conhecer", gozando de total liberdade para tanto, é imprescindível que a ética, pautada nos valores humanos, oriente a ação.

A bioética, hoje, propõe a reflexão crítica da prática científica. Amparada em autores como Beecher que, em depoimento prestado à Comissão do Congresso Estadunidense sobre procedimentos antiéticos identificados em pesquisas médicas, considerou que "a ciência não é o valor maior, ao qual todos os outros devam se submeter". Beecher argumentou que "... a ciência sempre deveria estar subordinada a uma ordem de valores estabelecidos pela própria sociedade".

Parafraseando um pensador francês que por ocasião da II Guerra Mundial, disse ser a guerra um fato complexo demais para que a sociedade a deixasse somente nas mãos dos generais, diríamos que a biotecnociência é poderosa demais para que a deixemos sob a responsabilidade exclusiva dos cientistas. Há que se implementar o controle social dos avanços da ciência, sempre considerando, entretanto, a sábia ponderação de Hottois ao afirmar



que “tanto a recusa obscurantista, quanto a glorificação imprudente da biotecnociência, podem ser nefastas para a qualidade de vida das gerações futuras” (HOTTOIS, 1991).

Diante dessas dificuldades em compatibilizar as diretrizes da tecnociência e o bem da humanidade, não faltam previsões apocalípticas como as de Ralph Lapp, citado por Toffler:

“Estamos num trem que ganha velocidade constantemente, correndo por uma linha abaixo em que há um sem-número de controles de direção que levam a destinos desconhecidos. Nenhum cientista isoladamente acha-se na cabine de comando e é possível que haja demônios no painel de controle. A maior parte da sociedade acha-se no último vagão olhando para trás” (TOFFLER, 1995).

Mais ponderado é o próprio Toffler que considera que virar as costas para a tecnologia é uma atitude irresponsável, e até mesmo, imoral. Para ele, é necessário definir uma estratégia poderosa para evitar “o choque do futuro” e criar mecanismos de regulamentação a partir da consciência sobre a dimensão, os efeitos e impactos do progresso tecnológico. Para tanto, torna-se imperiosa uma nova filosofia da ciência, o que leva – necessariamente – a uma mudança de paradigma.

Se, na Antigüidade, a cultura grega dispunha de um saber de grande alcance, mas que não produzia grandes transformações, atualmente, ao contrário, o saber tem forte acento técnico e se faz acompanhar de um extraordinário poder de mudar a realidade social e o ambiente natural. Porém, como o saber moderno produzido pela ciência está desamparado da reflexão ética, que pode moderar e, principalmente, ponderar sobre o desmedido poder da tecnociência, tem-se a impressão que podemos estar – todos – num mesmo barco desgobernado sob a tempestade.

Ao se considerar a responsabilidade das ações humanas, deve-se enfatizar que somente o ser humano é capaz de mudar o curso da história da vida com suas intervenções. Numa estrada que se bifurca, ele é o caminhante que detém a opção da escolha. Os rumos são diversos, assim como o destino final. Uma vereda pode terminar num precipício, enquanto outra numa fonte de águas puras.

Os mesmos impasses são apresentados pela biotecnociência, que nos coloca frente a frente com bifurcações cada vez mais angustiantes. E justamente nesses pontos de bifurcação é que se impõe a questão da escolha. Uma escolha que

somente ganha contornos apropriados por um processo de deliberação conjunta, que envolva toda sociedade humana, tal como propõe Habermas. A responsabilidade de cada ser humano consigo mesmo é indissociável da responsabilidade que se tem para com todos os homens. Trata-se de uma solidariedade que nos liga a todos, os homens e a natureza que nos cerca.

É obrigatório reconhecer que, presentemente, a reflexão ética é levada a intervir num contexto novo de conhecimento, pois a tecnociência transformou profundamente não apenas o conceito de natureza, mas a própria natureza. A antiga idéia de natureza acomodava-se à inatingível ordem natural que definia os contornos das normas éticas. Hoje, trabalhamos com uma concepção inteiramente distinta. O curso da existência não é mais dependente de uma lei superior que reserva ao ser humano a condição de espectador. Muito pelo contrário, ele tornou-se hoje o agente das transformações e tem à sua mercê toda a existência, intervindo nela como bem lhe apraz. A natureza, portanto, passou a ser considerada apenas como propriedade, como domínio do homem. Seguramente, nem mesmo Bacon poderia conceber um poder tão extraordinário, um domínio tão absoluto sobre a natureza. Diante dessa realidade, é impossível não submeter as ações da ciência a exigências de uma nova responsabilidade ética. Eco faz apreciação bastante apropriada sobre uma nova percepção de responsabilidade:

“O progresso material do mundo agudizou minha sensibilidade moral, ampliou minha responsabilidade, aumentou minhas possibilidades, dramatizou minha impotência. Ao fazer-me mais difícil ser moral, faz com que eu, mais responsável que meus antepassados e mais consciente, seja mais imoral que eles e minha moralidade consiste precisamente na consciência de minha incapacidade” (ECO, 1973).

Esta responsabilidade que nos é imposta pede que se preserve a condição de existência da humanidade, mostra a vulnerabilidade que o agir humano suscita a partir do momento em que ele se apresenta ante a fragilidade natural da vida. A obrigação torna-se incomparavelmente maior em função de nosso poder de transformação e a consciência que temos de todos os possíveis danos oriundos de nossas ações. A manutenção da natureza é a condição de sobrevivência do ser humano e é no âmbito desse destino solidário que Jonas fala de dignidade própria da natureza. Preservar a natureza significa preservar a vida. Eis por que, tornou-se uma obrigação do ser humano o mais absoluto respeito à natureza.

Outrossim, é elementar o conhecimento das repercussões sobre a saúde humana, decorrentes da deterioração do meio ambiente e os possíveis desequilíbrios que ocorrerão em conseqüência do superaquecimento do planeta, ou da progressiva destruição da camada de ozônio ou, ainda, do incontrolável desmatamento das já escassas reservas florestais. Assim, no momento atual, representa-se um futuro que talvez não se realize, mas que, no entanto, apresenta seu testemunho no presente, enquanto caracterização de um infortúnio, enquanto imagem do não querido, mas, sobretudo mostrando eloquentemente a necessidade de se instituir um novo estatuto de responsabilidade que vise a manutenção da vida humana e extra-humana.

Prigogine aponta a necessidade da ciência dialogar com a natureza, alertando que compreender não pode significar controlar, pois:

“Seria cego o senhor que acreditasse conhecer seus escravos pelo simples fato dos mesmos obedecerem às suas ordens (...) Nenhuma especulação, nenhum saber jamais afirmou a equivalência entre o que se faz e o que se desfaz, entre uma planta que nasce, floresce e morre, e uma planta que ressuscita, rejuvenesce e retorna para sua semente primitiva, entre um homem que amadurece e aprende e um homem que se torna progressivamente criança, depois embrião, depois célula” (PRIGOGINE, 1996).

As inquietações com o desequilíbrio ecológico derivam também do quase inexistente sistema de contabilidade ambiental. O sistema internacionalmente aceito para apresentar o progresso econômico de um país, o chamado Produto Interno Bruto (PIB), não considera a depreciação do capital natural, como é o caso da perda do solo por erosão, da destruição das florestas pela chuva ácida ou da redução da camada de ozônio. O resultado é que a contabilidade econômica superestima o progresso técnico e desconsidera a degradação ambiental. O sistema de avaliação do equilíbrio do meio ambiente é bastante precário e sequer temos idéia do número de espécies de plantas e animais que desaparecem a cada ano.

A conseqüência natural de uma economia baseada em apreciações tão precárias é a de que, pouco a pouco, se esvai a vida do planeta. As práticas danosas à natureza que foram implantadas nas últimas décadas traduzem-se agora por uma redução de terras agriculturáveis, de bosques e pastagens e da vida marinha, além das drásticas alterações climáticas e dos fenômenos direta ou indiretamente a estas relacionados, como os cada vez mais freqüentes furacões e terremotos.

Em decorrência disso, são crescentes os gastos com projetos de descontaminação ambiental, com o tratamento de enfermidades como o câncer de pele, patologias congênitas, diferentes formas de alergias, enfisema pulmonar, asma brônquica e outras doenças respiratórias. Ainda com relação à contaminação ambiental, particularmente da água, do ar e do solo por produtos tóxicos, os gastos com agravos à saúde humana estão crescendo expressivamente. Acima de tudo, porém, é impressionante o aumento dos custos humanos decorrentes da expansão do fenômeno da fome, que se amplia nesse processo vertiginoso.

Uma das publicações mais reconhecidas sobre o equilíbrio ecológico é oriunda da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento que recebeu o título de *Nosso futuro comum*. Por iniciativa da Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) buscou-se estabelecer um programa global para a manutenção de condições de equilíbrio do meio ambiente para o ano 2000. Esta convocatória surgiu em função de uma grande frustração da comunidade internacional em vista da incapacidade de se fazer frente às questões vitais que envolviam a saúde do ambiente. Nas palavras da presidenta da Comissão, Gro Harlem Brundtland: "...era a esperança de que o meio ambiente iria deixar de ser uma questão secundária na tomada de decisões políticas (...). Seria o caminho de salvaguardar o futuro preservando os interesses das gerações futuras" (COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO, 1992).

Pretendia-se, assim, resgatar a interação homem-natureza que a visão baconiana descartara. O título da publicação já exprimia a intenção de busca de soluções multilaterais que contemplassem um sistema de políticas econômicas internacionais fundadas na cooperação mútua. Desta obra extraímos um breve e significativo trecho dirigido aos membros dos inúmeros países representados na Comissão: "Se não conseguirmos que nossa urgente mensagem chegue aos países e às pessoas que tomam decisões na atualidade, corremos o risco de solapar o direito essencial que têm nossos filhos a um meio ambiente são e que privilegie a vida" (COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO, Op. cit.).

Concluo estas reflexões com três breves citações de pensadores contemporâneos que bem resumem a preocupação da bioética com o meio ambiente e a vida humana.

Com relação ao avanço incontrolado da biotecnociência, assim se expressou Berlinguer: "A velocidade com que se passa da pesquisa pura para a aplicada é, hoje, tão alta que a permanência, mesmo que por breve

tempo, de erros ou fraudes, pode provocar catástrofes" (BERLINGUER, 1993). De Morin, reproduzo o brado de alerta registrado em *Terra-pátria*:

"Eis a péssima notícia: estamos perdidos, irremediavelmente perdidos. Estamos perdidos, mas temos um teto, uma casa, uma pátria. É a nossa pátria, o lugar de nossa comunidade de destino de vida e morte. O evangelho dos homens perdidos nos diz que devemos ser irmãos, não porque seremos salvos, mas porque estamos perdidos" (MORIN, 1995).

E, finalmente, as palavras sensatas de Potter: "Peço-lhes que pensem a bioética como uma nova ética da ciência que combine humildade, responsabilidade e competência, que seja interdisciplinar e intercultural e que faça prevalecer o verdadeiro sentido de humanidade" (POTTER, 1998).

Considero a bioética uma ferramenta indispensável para a construção de uma ciência pautada na ética, que responda aos dilemas humanos, dos indivíduos e das populações, respeitando as formas de vida e o ambiente. Para tanto, a bioética deve ter como meta trazer para a pauta de discussão temas que possam constituir-se em marcos que orientem reflexões pertinentes à realidade contemporânea, capazes de tornar o planeta de fato a nossa casa: o local onde se fortalecem os laços de amizade e se cuida amorosamente das gerações futuras.

\* Conferência apresentada no VI Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso de Bioética do Mercosul (Foz do Iguaçu, 2005).

## Referências Bibliográficas

- BERLINGUER, G. *Questões de vida: ética, ciência e saúde*. São Paulo, Hucitec, 1993.
- COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. *Nuestro futuro común*. Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- ECO, U. *De la responsabilidad moral como producto tecnológico: diario mínimo*, Barcelona, Península, 1973.
- ENGELHARDT JR., HT. *The foundations of bioethics*. London, Oxford University Press, 1996.
- HOTTOIS, G. *El paradigma bioético: una ética para la tecnociencia*. Barcelona, Anthropos, 1991.

JONAS, H. *El principio de responsabilidad: ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Barcelona, Herder, 1995.

MORIN, E. & KERN, AB. *Terra-pátria*. Porto Alegre, Sulina, 1995.

POPPER, K. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo, Cultrix, Edusp, 1975.

POTTER, VR. Bioética puente, bioética global y bioética profunda. *Acta Bioethica*, 7:23-33, 1998.

PRIGOGINE, I. *O fim das certezas*. São Paulo, Unesp, 1996.

RUSSEL, B. *História da filosofia ocidental*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957.

TOFFLER, A. *El shok del futuro*. Barcelona, Plaza y Janés, 1995.

**Recebido em 20/10/2005**

**Aprovado em 26/11/2005**

## Artigos originais

Esta seção destina-se à publicação de artigos enviados espontaneamente pelos interessados.

# BIOÉTICA E RELIGIÃO

## *Bioethics and religion*

### Marco Segre

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

[msegre@uol.com.br](mailto:msegre@uol.com.br)

**Resumo:** Este trabalho discute as razões que estruturam os juízos morais, apontando a relevância de considerar as emoções e crenças como o pano de fundo da reflexão ética.

**Palavras-chave:** Reflexão autônoma. Bioética e religião. Estranhos morais. Solidariedade. Vulnerabilidade.

**Abstract:** This paper argues the reasons that structuralize the moral judgments, pointing the relevance of if considering the emotions and beliefs like the basic reason of the ethical reflection.

**Key words:** Reflection with autonomy. Bioethics and religion. Moral strangers. Solidarity. Vulnerability.

Por que temos dificuldade em expressar o que sentimos? Por que é muito mais fácil tecer teorias, elaborar "construções", epistemologizar a reflexão ética, do que mergulhar, transparentemente, nas próprias paixões, emoções, sentimentos e crenças? Por que o medo de trazer à tona a insegurança, o nosso desconhecimento sobre tudo, a começar sobre o que é a vida, de onde viemos e para onde vamos? Porque nossa subjetividade não suporta reconhecer que os valores atinentes à existência somos nós próprios que criamos. Porque é difícil reconhecer que toda "verdade" passa primeiramente por cada um de nós e que é - apenas isto - de que dispomos para guiar a reflexão.

Este início de apresentação carregado de dúvidas reflete a implacável, e dificilmente suportável, constatação de que a vida afetiva, o reconhecimento

da importância das emoções e crenças, está – sempre - subjacente aos juízos morais. Essa afirmação pode ser definida como uma apologia da crença, mesmo por aqueles que percebem a diferença entre a crença religiosa e a proposição mais abrangente do termo que proponho discutir, a “crença na não crença”. Sobre isso é preciso questionar aqueles que questionam, perguntando se eles próprios não esbarram em sua crença fundante: a crença na razão pura, totalmente dissociada e apartada da subjetividade.

Insisto na importância de discutir essa questão porque a meu ver a epistemologia da bioética, é, enfim, uma tentativa de instituir parâmetros para lidar com os conflitos que nossa subjetividade propõe. Com conflitos, por exemplo, entre a crença que advoga o impedimento da construção de clones humanos e outra que defende a utilização de células-tronco de embriões clonados, objetivando melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas. Como conciliar racionalmente essas posições díspares frente a procedimentos técnicos similares, senão reconhecendo que evidenciam o conflito entre as emoções em cada um de nós? Parece-me claro que se quisermos adotar uma posição autônoma, cada um deve encaminhar a própria consciência em busca de solução.

E, justamente, a forma de realizar isso é o que me encanta discutir nessa ocasião: o conflito entre a ação que parte da postura ética pessoal, de uma convicção que se estabelece de dentro para fora, e aquela descritiva, que busca arrimo nas teorias e proposições de outros pensadores, para alicerçar aquilo que, no fundo, se quer impor como verdade. Uma verdade que está fincada no coração de nossas crenças, ainda que, muitas vezes, para tal fato se esteja cego.

Para essa discussão, não importa rastrear a origem dos sentimentos que constituem o conflito moral, já que podem vir da religião, de vivências e experiências passadas, de vontade de poder, conforme dizia Nietzsche, ou de quaisquer outros fatores causais. O que desejo fortemente trazer para essa discussão é a reflexão sobre a importância de perceber a subjetividade como elemento que orienta a condução da ação a cada instante de nossas vidas. Apenas assim se pode orientar a reflexão ao sabor da razão, esta sim, necessariamente, tão conhecedora quanto possível de seus “fundantes” emocionais. Esse conhecimento é o que permite admitir a possibilidade de emitir juízos morais.



## Fundamentos da Reflexão Autônoma

Nos vários fóruns onde se discutem os parâmetros éticos que devem nortear a ação, fala-se sempre - e muito - dos aspectos emocionais (e, obviamente, também da crença religiosa), não por entender que são eles que devam nortear nosso pensar ético. Nessas discussões a percepção da emoção é desqualificada, assim como o interlocutor que a manifesta. No entanto, considero pertinente apontar que por uma questão da biologia evolutiva dos seres humanos, que independe até mesmo da vontade, as emoções são o cerne da cognição e configuram as bases do pensamento racional. E é por isso que se pode pensar sobre uma emoção: porque no momento exato em que sua existência torna-se conhecida, ela passa a integrar-se à racionalidade. Portanto, refletir sobre uma emoção é torná-la um pensamento.

Sublinho a importância de atentar para esse fato porque, se de início as emoções podem parecer apenas elementos que confundem a razão, a consciência de uma emoção confere a condição de administrá-la, de pesar os seus aspectos favoráveis e contrários. Assim, contrariando a visão que pauta o senso comum, que leva a crer num primeiro momento que esse é um enfoque ético irracional e apaixonado, busco apontar exatamente o oposto: que a percepção da emoção, do sentimento ou da crença que, desejemos ou não, é o *primum moviens* da escolha de nosso norte ético, é essencial para produzir a reflexão e a ação éticas. Conhecer essas emoções e analisá-las de forma objetiva, à luz do conhecimento e da racionalidade, é o que torna possível estabelecer o que é apropriado fazer em determinada situação.

Manter a emoção como pano de fundo, como um ponto cego à tentativa da análise racional, é considerado, na maioria das vezes, muito mais confortável. Assim, para dar encaminhamento a qualquer dilema ético basta consultar um código, um sacerdote (de qualquer religião) ou guiar-se por princípios construídos até mesmo por "bioeticistas". O conflito interno a que está sujeito um profissional de saúde diante de um doente terminal, face à perspectiva de um aborto desejado pela mulher, ou, então, quanto à preservação da confidencialidade inerente à relação profissional de saúde e usuário, quando isso envolve risco para terceiros, são algumas das situações que ilustram tal afirmação.

Acredito que em qualquer dessas circunstâncias, elencadas aleatoriamente à guisa de exemplo, sejam as emoções e crenças do próprio

profissional que acabarão por guiar sua reflexão antes de qualquer lei. Portanto, para tentar empreender a reflexão autônoma é imprescindível trazer à luz essas crenças, sentimentos e paixões que, mesmo quando não determinam a ação, atuam como poderosas influências com relação ao pensar e ao agir éticos.

O papel dos já referidos *primum moviens* na orientação da ação pode ser percebido na análise de um aspecto fundamental da obra de Engelhardt Jr., embora a aproximação entre essas discussões se refira a um ponto específico. Este autor, cuja matriz conceitual é forjada a partir de uma corrente teológica poderosa, fundamenta sua proposta no respeito ao outro, reconhecendo que entre "amigos morais" se pode chegar facilmente a um entendimento quanto a preceitos morais, o mesmo não ocorrendo com "os estranhos morais" (ENGELHARDT JR., 1996).

E o que faz com que isso aconteça? É o peso da crença, dizemos nós. Ora, entretanto, quanto mais os interlocutores em uma discussão ética puderem (e quiserem) "olhar fundo na causalidade de suas persuasões" com respeito ao outro, mais se torna possível existir alguma aproximação. É certo que essa percepção, por parte do "bioeticista", lhe dá condição superior de entender e perceber a si mesmo e aos outros. É importante salientar, todavia, que a denominação "bioeticista" é usada aqui apenas por seu uso estar consagrado, já que, por tudo que foi discutido, seria legítimo considerar da mesma forma todos que tem coragem de perscrutar suas emoções e crenças, escondidas sob o manto da razão, em busca da reflexão autônoma.

Outra pré-condição para a reflexão autônoma é a capacidade de sintonizar-se com o outro, de desenvolver empatia e compreensão, ainda que no dissenso. Considero isto talvez o único ou, senão, certamente o mais importante pré-requisito para a reflexão e ação éticas: estar junto com o próximo, entendendo ou partilhando sua visão de mundo.

Esta aproximação propicia a solidariedade e a superação da condição de dependência, que restringem a ação a objetivos egoístas. Segundo a teoria freudiana, o ser humano só adquire capacidade de superar seu Édipo quando deixa de ver somente a mãe, que representa a dependência, e já conquistou espaço emocional para vincular-se afetivamente a outras pessoas.

Certamente, a reflexão autônoma descrita neste trabalho muito pouco tem que ver também com a pragmática "autonomia", de Beauchamp e Childress, que não deixa de ser uma abstração (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 1994). Mesmo na mais árdua tentativa de nortear a ação exclusivamente por princípios dados *a priori*, não saberemos nunca dizer

até que limite nosso comportamento flui intrinsecamente de cada um de nós ou decorre da ação de nossos genes ou das vivências e experiências da vida. Leibniz, de forma semelhante a Henry Atlan, afirmava, muito antes da era da informática, que, não obstante o ideal da autonomia, "tudo já estaria previsto", quaisquer sejam as atitudes dos seres humanos, como se fôssemos todos constituintes de um projeto de informática transcendental.

Podemos ser exatamente isto, mas se queremos resguardar a crença em nossa humanidade, na capacidade de reflexão autônoma, precisamos trazer a tona o *primum moviens* de nossa ação. Pois, na ausência de tal reflexão, resta apenas não crer na possibilidade de nós sermos nós mesmos, o que faz com que a vida perca o sentido que lhe confere consistência. Buscar a autodeterminação, ainda que esta seja restrita, imposta por fatores biológicos e sociais, pode ser muito mais angustiante do que permanecer atado às certezas das verdades pré-estabelecidas. Mas, apesar disso, é essa reflexão ética que ora proponho, tanto quanto possível, sem parâmetros.

## Bioética e Religião

Desde os primórdios da humanidade, os seres humanos precisaram governar-se. A harmonia possível, no convívio em grupo, sempre foi uma necessidade. Desde sempre, o ser humano nada mais teve do que sua percepção, com relação a si mesmo e aos outros seres, acicatada pelo desejo de sobrevivência; a par disto, uma noção dolorosa de sua vulnerabilidade e de seu caráter temporalmente efêmero.

Assim, criaram-se as primeiras regras, no mais das vezes de forma autoritária, por líderes que, através do seu carisma ou da força, impuseram normas. E dessa forma, também, criou-se Deus. A percepção da vulnerabilidade no que tange a todas as forças da natureza, a necessidade de alimentação e de proteção, a idéia do certo e do errado (adequado ou inadequado), do que precisaria ser premiado ou punido, levaram à "construção" da divindade. O homem gerou a crença no Deus, o qual, por sua vez, teria criado o universo.

Podemos considerar crença como toda percepção de transcendência. Encontra-se nessa escala tudo aquilo que transcende a racionalidade: a ligação afetiva com um Deus, ou seja, a religiosidade; ou com o próximo: a solidariedade, a empatia ou a compaixão. Qualquer desses temas baseiam-se em sentimentos, tal como o ódio ou a inveja. Esses sentimentos, camuflados ou não, querendo ou não, existem e influenciam a forma de pensar e agir.

Eles são a ligação afetiva, agregadora para o grupo, que é o que Dos Anjos denomina transcendência horizontal, reservando a expressão “transcendência vertical” para a ligação com Deus (DOS ANJOS, 2004).

Quando os sentimentos são positivos, considerados construtivos para a sociedade, grupo ou clã em que se vive, pode-se considerá-los como constituintes da religiosidade. A religião, por outro lado, é a consolidação e institucionalização do que denominamos religiosidade. Ela tem um corpo doutrinário, explicita crenças (transformando-as em dogmas), estabelece preceitos e normas, que são, na maioria das vezes, destinados a preservar a sobrevivência e convivência harmônica dos sujeitos de uma sociedade. A religião canaliza a religiosidade das pessoas, fazendo com que flua numa única direção e com um único propósito. Assim, fica clara a diferença entre religiosidade e religião.

Mesmo que a religião seja muitas vezes questionada, que se aponte aspectos irracionais e obscuros que podem envolver as crenças, o que facilmente se observa é a tendência do religioso a obedecer, antes de tudo, a tais ditames. E essa obediência irrefletida à orientação religiosa, seja ela qual for, se alimenta nas emoções impensadas. Nesse “espírito” em relação ao qual somos cegos, que move a ação se contrapondo à tentativa de reflexão autônoma.

Em contrapartida a bioética acolhe todas as formas de hierarquizar valores. É por essa razão que jamais encontraremos uma doutrina bioética que vá ao encontro das crenças de todas as pessoas ou grupos, em todos os tempos e nas diferentes latitudes. Justamente por não propor um corpo unívoco de ensinamento, a bioética pode ser um instrumento para a reflexão autônoma. Ao propor o diálogo e a compreensão do outro, pode fazer emergir denominadores comuns no sentir, pensar e agir dos “estranhos”.

A importância de compreender as emoções e entender as ligações afetivas que permeiam a reflexão, foi o que procurei mostrar nesta breve apresentação. É a partir daí que busquei construir um caminho para alcançar a reflexão que denomino Ética, a qual, no que se refere à vida e à saúde humana, passou a ser chamada de bioética. É aí que podemos achar a convergência entre a bioética de reflexão autônoma, sobre o qual escrevemos, e a religião. Em uma e outra verificamos conceitos e princípios que buscam hierarquizar valores no sentido de se obter - e preservar - harmonia social.

\* Conferência apresentada no VI Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso de Bioética do Mercosul (Foz do Iguaçu, 2005).

## Referências Bibliográficas

BEAUCHAMP, T & CHILDRESS, J. *Principles of biomedical ethics*. Oxford University Press, 4th. ed., 1994.

ENGELHARDT JR, HT. *The foundations of bioethics*. Oxford University Press 2nd. ed., 1996.

DOS ANJOS, MF. Câmara Técnica de Bioética. *Atas Conselho Regional de Medicina de São Paulo*, 2004.

SEGRE, M (coord.) *A questão ética e a saúde humana*. São Paulo, Atheneu (no prelo).

SEGRE, M & COHEN, C. *Bioética*. São Paulo, EDUSP. 3ª. ed. revisada e ampliada, 2002.

SEGRE, M; SILVA, FL & SCHRAMM, FR. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio da autonomia. *Bioética*, CFM, 6(1):15-25,1998.

**Recebido em 20/10/2005**

**Aprovado em 13/11/2005**

## NUEVO HUMANISMO PARA EL SIGLO XXI

### *New Humanism for the 21<sup>st</sup> Century*

**Jesús Conill**

Universidad de Valencia, Valencia, Espanha.

[jesus.conill@uv.es](mailto:jesus.conill@uv.es)

**Resumen:** Esta propuesta de un nuevo humanismo para el siglo XXI se fundamenta en dos influyentes tradiciones del humanismo moderno: la escocesa (Adam Smith) y la alemana (Kant). Mientras la primera se caracteriza por la incorporación de los sentimientos – en especial el de la simpatía – en la configuración de la razón moderna, aunada al estudio de la emergente actividad económica en el contexto de la ética social anclada en la idea de individuo; la segunda representa el punto de vista del universalismo moral, que considera al hombre como un fin en sí mismo, a la buena voluntad como fundamento moral de la auténtica humanidad y a la dignidad humana como valor incondicionado. Desde ahí surge el humanismo hermenéutico conectado con la ética de la responsabilidad e insertado en un comunitarismo postconvencional, capaz de superar a los contextualismos que, por sí solos, no hacen más que producir diversas formas de exclusión.

**Palabras-clave:** Humanismo hermenéutico. Autonomía. Libertad. Universalismo moral. Ética de la Responsabilidad.

**Abstract:** This proposal of a new humanism for the 21<sup>st</sup> Century is based in two influential traditions of modern humanism: the Scottish (Adam Smith) and the German (Kant). The first one is characterized by the incorporation of feelings – especially sympathy – in the configuration of modern reasoning, associated to the study of the emerging economic activity in the context of social ethics anchored in the idea of individual; and the second one represents the point of view of moral universalism, which considers: human being as an end itself; good will as moral foundation of authentic humanity; and human dignity as an unconditional value. Since then, emerges hermeneutic humanism, connected to the ethics of responsibility and inserted in a post-conventional communitarism, capable of surpassing contextualisms that, themselves, do not do more than producing several forms of exclusion.

**Key words:** Hermeneutic humanism. Autonomy. Liberty. Moral universalism. Ethics of Responsibility.

Humanismo significa confiar en el hombre y comprometerse para que su vida sea justa y feliz. Aunque ha habido diversos modos de entender, en concreto, qué significa tal cosa, en todos los casos se ha pretendido un esclarecimiento de lo que sea una verdadera – auténtica – vida humana. Así también se ha tenido conciencia del destino común del género humano, y se ha alimentado la creencia en la perfectibilidad – la capacidad de mejora – del hombre en virtud de sus propios esfuerzos e, incluso, en la posibilidad de un hombre nuevo (CONILL, 1991).

El sentido esencial de todo humanismo ha sido poner al hombre como centro axiológico del cosmos, como raíz y finalidad de todas las relaciones que se establecen con la naturaleza y con los demás hombres en la convivencia humana.

## Raíces del Humanismo

El humanismo tiene su origen en la Antigüedad grecolatina, en la que se promociona un ideal del hombre consolidado por su formación, en la cual puede desarrollar sus facultades de acuerdo con su naturaleza más propia y específica. Era la paideia griega y los studia humaniora de Roma y el Renacimiento, orígenes de la tradición humanista de Occidente.

El Renacimiento es un momento decisivo para la configuración moderna de la tradición humanista, porque une el retorno al ideal grecolatino con el interés por la historia que proviene del legado judío y cristiano, especialmente a través de los estudios bíblico-históricos. En este período, se debate también acerca de qué es el hombre auténtico y cómo es posible descubrirlo en medio de las formas inhumanas de vida vigentes en cada época. Se plantea así el problema antropológico-moral básico que subyace a los ideales humanistas.

Recuérdese el enfrentamiento entre las posiciones de Maquiavel y Tomás Moro. El primero conoce al hombre escudriñando cómo se comporta en su vida social y política. El conocimiento de su realidad empírica orienta cómo conformarse y adaptarse sagazmente a lo que requiere cada contexto. Pero no hay razón para identificar al hombre en su concreta existencia fáctica con el hombre auténtico. ¿Es realmente todo el hombre – todo lo que puede dar de sí – lo que el hombre hace en un momento histórico o en un contexto determinado?

Ya en el Renacimiento hubo pensadores que se percataron de que las formas de vida del hombre no son producto de su naturaleza, sino de las circunstancias que lo coaccionan a comportarse de un modo distinto al que

correspondería a su verdadera identidad. Tomás Moro y Erasmo de Rotterdam desenmascararon la normalidad como desviación y fruto de la estupidez, hasta el punto de que el hombre auténtico parecía un loco que, al imitar la necedad ambiental y aceptar las máscaras que la vida impone, se veía forzado a perecer o traicionarse a sí mismo.

El humanismo renacentista toca el fondo de la cuestión cuando se plantea si es posible la existencia auténtica del hombre o si estamos condenados a vivir en constantes formas de vida negadoras del ideal del hombre auténtico. En ese sentido, las utopías del Renacimiento son una respuesta liberadora de las diversas cadenas y esclavitudes de la época.

## **Humanismo Ilustrado Moderno**

El humanismo recibe un nuevo impulso en la Ilustración, que pone su confianza en una razón autónoma, crítica e interesada en liberar el hombre del dogmatismo y del oscurantismo. La razón se convierte en el principal foco luminoso para esclarecer todos los órdenes de la vida y para dirigir la acción humana. Autonomía, libertad, igualdad e incluso fraternidad, son los valores que, proclamados en el Siglo de las Luces, orientaron los movimientos revolucionarios. Parecía que el hombre había llegado a su madurez, porque se autoafirmaba en su dignidad y aparentaba poder dirigir el proceso histórico progresivo que lo conduciría hacia la plena realización de una vida justa y feliz. Se creía estar en el camino para cumplir el ideal humanista.

La Ilustración, sin embargo, tuvo distintas caras y ámbitos de aplicación preferente, según el país de que se tratara – Escocia, Alemania, Francia, Italia o España (la ilustración europea). A continuación, distinguiremos dos tradiciones muy influyentes en el humanismo moderno: la escocesa (Adam Smith) y la alemana (Kant), por su especial relevancia, respectivamente, para la economía moderna, para la ética-política y derecho.

### **Economía Político-Ética de Adam Smith: humanismo cívico-económico**

De las aportaciones de Adam Smith a la Ilustración, vamos a destacar al menos dos vertientes: la incorporación de los sentimientos en la configuración de la razón moderna y, en especial, el sentimiento clave para la convivencia, que es el de simpatía; y el estudio de la emergente actividad económica



moderna en un contexto de ética social, también moderna, en una de sus modalidades, la que arranca del individuo (CONILL, 2004).

Adam Smith fue, desde 1752, profesor de Filosofía Moral en la Universidad de Glasgow, Escocia. En 1759 publicó la Teoría de los sentimientos morales, en donde expone su teoría ética basada en la simpatía entre los seres humanos y, en 1776, la obra Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones, que ha sido considerado el libro fundacional de la economía moderna.

Sin embargo, ha sido habitual destacar que, según Smith, el comportamiento económico se rige por el egoísmo como motivo dominante. De ahí que haya sido difícil encontrar una conexión convincente entre la filosofía moral de la Teoría de los Sentimientos Morales (TSM) y la ética que pueda haber tras las teorías económicas de la Riqueza de las Naciones (RN).

La historia de los intentos de solución de este problema smithiano es compleja. Para explicar que el padre de la economía política moderna fuera, a la vez, un gran filósofo ético, se han ofrecido los más diversos intentos para solucionar esta aparente o real paradoja de su pensamiento. En los últimos tiempos, la investigación ha ido decantándose hacia un enfoque integrador, que ha sabido servir de un elemento fundamental en ambas obras como guía básica para ulteriores investigaciones: la consideración de la libertad natural y de la justicia.

En muchas ocasiones, las interpretaciones sobre las ideas de Smith se centraron en la aparente o real contradicción entre un modelo de hombre económico (expresión que al parecer Smith nunca empleó) en RN y un modelo de hombre social y moral en TSM. Empero, hay que advertir que, entre los mecanismos psicológicos y sociales que Smith estudia en la TSM y los mecanismos económicos que analiza en la RN, existen relaciones que conviene desvelar si queremos descubrir el vínculo de fondo entre su filosofía moral y su ciencia económica.

Sólo desde el trasfondo de la sociabilidad constitutiva del hombre y de sus instituciones sociales puede entenderse el comportamiento económico tal como lo presenta Smith. El vínculo común lo constituye la preocupación acerca de cómo es posible una sociedad de hombres libres. No en vano interesa la función integradora de los sentimientos morales, pues es mediante la simpatía que se produce la integración social.

Lo decisivo para entender a Smith – y tal vez toda la historia posterior del pensamiento económico – es la estructura motivacional que él descubre para explicar los fenómenos económicos. Según ella, la actividad económica

productiva estaría motivada por el deseo de reconocimiento y de lujo (vanidad y poder). Tal vez pueda encontrarse aquí también la vinculación entre sus análisis económicos y éticos. Pero en vez de aprovechar y aplicar sin más sus anteriores estudios de ética, Smith parece descubrir otras fuerzas motrices en el ser humano para dar cuenta de los procesos económicos modernos: las nuevas fuerzas naturales van a ser el interés propio y la tendencia al intercambio.

Habría una estructura psíquica de los sentimientos y afectos, una comunicación lingüística y un mecanismo de coordinación de las relaciones que surgen de la tendencia al intercambio, que es el mercado. Pero éste no sustituye totalmente los anteriores ni los elimina; y el propio Smith indica la interdependencia: "la tendencia a negociar, comerciar e intercambiar" es "la consecuencia necesaria de la capacidad humana de pensar y hablar" (SMITH, 1958). Por consiguiente, cuando la discusión sobre las relaciones entre lo económico y lo ético en Smith se centran exclusivamente en el tema del interés propio, hay que recomponer el contexto de los diversos niveles comunicativos y, así, aunque siempre de modo ambivalente, poner de relieve no sólo la relativa orientación social de dicho interés propio, sino también las necesarias instancias de control, como la justicia, que el interés propio necesita en el orden social.

A pesar, pues, de la extendida opinión de que en el mundo moderno resulta inevitable la separación entre economía y ética, si reflexionamos desde una perspectiva histórica vemos que el surgimiento moderno de la Economía tuvo lugar también en el seno de una Filosofía práctica de carácter ilustrado y humanista como la de Adam Smith.

La filosofía práctica es aquella que reflexiona sobre las cosas que pueden ser de otra manera, es decir, aquellas en las que ha de intervenir la decisión humana porque pertenecen a la órbita de la libertad. La economía nace, en el pensamiento de Adam Smith, en el mismo ámbito que la ética – el de la filosofía práctica –, con lo cual queda bien acreditada la vinculación moderna de sentido humanista entre economía y ética.

Tal vez el hecho de que la investigación económica surgiera en el seno de la filosofía moral hizo posible que Smith se percatara, desde un comienzo, de que un sistema de organización económica no es nunca una actividad abstracta, separada de la sociedad, sino que la actividad económica es parte de la sociedad y no se la puede entender si no lo hacemos desde una teoría de la sociedad. La actividad económica se entremezcla a una serie de elementos morales de la sociedad. De hecho, Smith escribió sobre las dos vertientes del sistema de la actividad económica: la organizativa o técnica y la moral.

El punto de partida de su economía, entrelazada con un sentido moderno de la ética y la política, es el individuo humano en su doble dimensión de sujeto moral y social y de sujeto económico interesado por lo suyo. El individuo vive en una comunidad organizada política y económicamente, en la que cree descubrir un cierto orden que parece funcionar conforme a principios naturales – el sistema de la libertad natural. Por lo tanto, en Smith, el orden social y el económico no se pueden separar. La economía está al servicio del bienestar dentro de un contexto de justicia social, porque de lo que en último término se trata es de la realización de los individuos en libertad. Como la ley y la responsabilidad social preceden al mercado, la economía sólo tiene sentido dentro de un contexto político, social e institucional, con trasfondo moral. De ahí que la nueva concepción smithiana de la economía se presente como Economía Política, ya que es consciente de la enorme trascendencia de la economía moderna para el desarrollo de los individuos y de sus vínculos sociales. Por eso se trata de una economía no separada de su responsabilidad social, sino interesada en aumentar la libertad y el bienestar de los ciudadanos.

Conviene aclarar que el amor propio (*self-love*) y el propio interés (*self-interest*), aunque importantes en el orden del intercambio, no son los únicos motivos en la vida; y no se oponen a la simpatía, sino al egoísmo (*selfishness*): "Por más egoísta que se pueda suponer al hombre, existen evidentemente en su naturaleza algunos principios que le hacen interesarse por la suerte de otros". Para Smith, la simpatía es un hecho fundamental de la naturaleza humana, es decir, que "sentimos con", que acompañamos a otros en los sentimientos, pero que "en ningún sentido cabe considerar la simpatía como un principio egoísta".

En definitiva, la simpatía es la clave moral del sistema de la libertad natural, pues es por ella que aprobamos y desaprobamos a la conducta de las personas. Dentro del sistema de la simpatía funciona la moral de la corrección (*propriety*) y otros ingredientes como la capacidad de ponerse en el lugar de otro y la peculiar figura del espectador imparcial.

Una posible interpretación de la nueva situación histórica que se vivía en la época de Adam Smith ha sido imaginar la sociedad como regida por un mecanismo económico en el que el intercambio de bienes (mercancías) y la división del trabajo transformaban el egoísmo de cada cual en beneficio general. En este contexto, lo que constituía el motor dominante del dinamismo social era el interés (HIRSCHMAN, 1978). Pero los cambios que iban transformando el mundo, en especial a través del comercio, también deformaban la figura del

ciudadano propia del mundo clásico, orientado por la ética de la virtud. De ahí que, en su interpretación, Pocock ponga la virtud cívica a la creciente corrupción en un mundo cambiante (POCOCK, 2002).

Hay un aspecto que es, a mi juicio, muy relevante en la concepción de Adam Smith: el valor del comercio en relación con la ciudadanía. De hecho, John Millar, discípulo de Smith, escribió una historia sobre el desarrollo de la sociedad inglesa en la que el uso de las categorías virtud y corrupción delata la influencia del humanismo cívico en los orígenes de su estudio, ya que no hace más que preguntarse si el progreso de la sociedad, en su nueva forma de libertad, es realmente una virtud o si no sería, más bien, ocasión de corrupción.

Ante los peligros de corrupción – ¿alienación? – del hombre en virtud del presunto progreso socio-económico, el sentido ilustrado de la escuela escocesa creía que la contradicción entre la virtud cívica y la cultura emergente, sobre todo por la innovación de la sociedad comercial, podría ser orientada en favor del auténtico progreso humano. La Ilustración escocesa constituiría, a mi juicio, un camino para modernizar la tradición republicana adaptándola a la nueva situación histórica (CONILL & CROCKER, 2003).

## **Eleuteronomía de Immanuel Kant: humanismo ético-político**

La aportación del humanismo ético kantiano, como expresión de la Ilustración moderna, es muy difícil de eludir por parte de quienes quieran defender realmente la dignidad de la persona humana (CONILL, 1991).

El humanismo ético de Kant constituye una doctrina de la sabiduría que reflexiona sobre el bien supremo para el hombre a través de una vida con sentido, una doctrina de la sabiduría práctica, en la que se explica que el hombre debe proponerse como fin objetivo al hombre mismo. Y constituye, también, una forma de vida en la que se realice el ser más propio del hombre, de modo que la libertad (dignidad) y la felicidad (bienestar) habrán de ser los ingredientes de una vida valiosa y con sentido.

Aquí lo que está en juego es el valor de la vida humana. El humanismo kantiano abre nuevas perspectivas de sentido para la existencia humana en el mundo moderno, donde el absurdo no sea la última palabra: la perspectiva del bien supremo da sentido al esfuerzo vital humano. Las perspectivas constituyen modos de pensar por los que interpretamos y ordenamos nuestro mundo en horizontes de sentido. La fundamentación kantiana del humanismo representa el punto de vista del universalismo moral. Esta es, según Kant, una perspectiva necesaria para seguir manteniendo una vida con sentido.

En el humanismo ético ilustrado de Kant, el valor superior de la vida es el moral: la humanidad se determina desde la moralidad. Su humanismo es una doctrina práctica de la voluntad racional por la que el hombre se propone a sí mismo como fin que es no sólo limitativo, sino también propositivo. La auténtica humanidad radica en la moralidad y ésta, en la buena voluntad: "ni en el mundo ni, en general, tampoco fuera del mundo, es posible pensar nada que pueda considerarse como bueno sin restricción, a no ser tan sólo una buena voluntad" (KANT, 1992). Sólo la buena voluntad tiene valor absoluto. Todo lo demás está supeditado al propósito principal de la existencia humana, al fin más propio del hombre: "producir una voluntad buena". La razón moral abre una nueva perspectiva para la vida del hombre. Haber descubierto el bien originario nos permite contar con la perspectiva moral.

El principio por el que se determina la voluntad tiene como fundamento objetivo de su autodeterminación: "algo cuya existencia en sí misma posea un valor absoluto", algo que sea "fin en sí mismo". El respeto a las personas, a diferencia de las cosas, se debe a que, para el humanismo ético ilustrado propuesto por Kant, las personas son "fines objetivos", "cuya existencia es en sí misma un fin". Por lo tanto, han de considerarse "con valor absoluto". Porque, "si todo valor fuese condicionado y, por lo tanto, contingente, no podría encontrarse para la razón ningún principio práctico supremo".

Así pues, sin representarse a la persona como fin en sí y valor absoluto, el humanismo ético ilustrado de Kant no tendría fundamento racional. Sin su fondo personalista, no contaría con una perspectiva moral que otorgara sentido a la vida. Si el ser humano se representara únicamente como homo technologicus y homo oeconomicus, el mundo moderno carecería de la brújula necesaria para orientarse más allá de la razón funcional. Pero la razón, en la versión kantiana, surge de un trasfondo moral en el que la libertad y la dignidad de la persona son los contenidos fundamentales.

La perspectiva moral aporta un nuevo punto de vista más allá del economicismo, de la ley del precio, de la equivalencia y de la razón funcional. Ya no todo se ha de valorar exclusivamente por los efectos, el provecho, la utilidad, el éxito o el gusto; es decir, el valor de uso y el de cambio. No todo tiene un precio, ya sea éste comercial o afectivo. La razón moderna, que cuenta con un fondo moral, como en la versión kantiana, cree saber que hay algo que no puede supeditarse a la ley del precio, porque posee valor interno, "valor de dignidad". La persona humana es lo único de lo que se puede decir que posee dignidad y no precio.

Esta versión moral de la razón moderna tiene como consecuencia la instauración del principio de la eleuteronomía<sup>1</sup>, capaz de inspirar las complicadas esferas de la vida individual y social, por ejemplo, a través de las éticas aplicadas (CORTINA, 2003; CORTINA & GARCÍA-MARZÁ, 2003).

## Humanismo Hermenéutico y Ética de la Responsabilidad

Algunos han creído que la Ilustración, por ser racionalista, tiene que ser fría y deshumanizadora. Pero, a mi juicio, no debería ser así, porque su auténtico fondo moral cuenta también con el orden del sentimiento, a pesar de que muchas de sus realizaciones concretas se hayan desquiciado (CONILL, 1997).

Ante todo, no ha de pasar desapercibido que, tras la defensa de la razón moderna, se descubre la reivindicación de la libertad. Recordemos que lo que expresa el lema ilustrado de Kant "*sapere aude*" es la mayoría de edad, la madurez y, en último término, la autonomía frente a las heteronomías que aplastan al ser humano. Constituye, por lo tanto, una forma de humanismo que confía en el hombre y se compromete en favor de que su vida sea digna y feliz.

Pero este humanismo ilustrado no debe confundirse con un racionalismo cientificista y tecnicista. Porque, si bien es verdad que una manifestación de la autonomía moderna es la razón científica y técnica, ésta no agota el sentido auténtico y profundo del uso de la razón. No es toda la razón la que se usa para el conocimiento científico y técnico. Lo que ocurre es que éste ha tenido una enorme repercusión para ampliar el ámbito de la libertad. Mediante los nuevos conocimientos científicos y la tecnología, el hombre moderno ha tenido posibilidad de ser cada vez más libre como, por ejemplo, al poder controlar mejor las fuerzas naturales. De ahí que se creyera que el progreso racional (científico-técnico) implicaba, en el fondo, un progreso moral.

Pero la Ilustración moderna no sólo impulsó el progreso científico, sino que inspiró diversos proyectos de emancipación social y política con la pretensión de acercarse a la abundancia de bienes y a su justa distribución, a fin de poder dar sentido real a su originaria exigencia humanista. La luz de la razón científica y la eficacia de la razón técnica, como manifestaciones de la libertad, contribuían a que ésta se plasmara socialmente. Por consiguiente, la autonomía humana, entendida tanto en el orden del

---

<sup>1</sup> Eleuteronomico tiene, aquí, un sentido fundamental de referido a la libertad, y no el que se utiliza para las deontologías profesionales, que pertenece al ámbito contextual de la ética aplicada en cada profesión concreta.

conocimiento como en el de la orientación de la acción, ha tenido que ir haciendo compatibles la libertad, la seguridad y el bienestar social.

La Ilustración moderna ha puesto en marcha diversos mecanismos para que su defensa de la autonomía fuera eficaz. El mercado, el Estado, el derecho y la opinión pública son mecanismos y espacios cuyo sentido estriba en que han de defender a la persona humana.

Los mecanismos económicos han de permitir, e incluso propiciar, que cada persona ejerza su libertad con relación a los demás dentro de un marco de tolerancia y pluralismo. La producción y el consumo no tienen sentido si no es en un marco ético eleuteronomico. De ahí que cuando, por los motivos que fuere, los mecanismos económicos van en su contra, haya que corregirlos y adaptarlos, en lo posible, a sus exigencias.

Lo mismo ocurre con el Estado, que es la gran institución política moderna, dedicada a que la autonomía individual tenga relevancia pública mediante la adecuada organización de la participación de los ciudadanos en la toma de decisiones. Cuando el Estado no contribuye a solucionar sus problemas reales, sino que se encierra en sí mismo e impide que otros tomen iniciativas más eficaces, esgrimiendo el argumento de que sólo él tiene el monopolio de lo público; y cuando en la práctica no sabe hacer lo que debiera ni quiere reconocerlo, dado que también está regido por grupos de intereses privados, entonces deja de estar al servicio de la persona y pierde su sentido.

También el sentido primordial del derecho moderno consiste en arbitrar procedimientos de seguridad jurídica, que garanticen los derechos individuales de las personas y, como prolongación para permitir su cumplimiento, también los derechos sociales. La ampliación del mero estado liberal de derecho al estado social de derecho está motivada por el intento de seguir defendiendo las libertades individuales frente al poder y por el intento de proteger a quienes necesitan ayuda especial, al menos cuando están en juego las necesidades básicas de las personas.

Si bien esta es una de las razones del creciente aumento de las competencias del Estado en las sociedades modernas, la única justificación confesable consiste en que, mediante la presunta racionalización a cargo del Estado, se prestará un mejor servicio a las personas. Cuando no es así, el Estado pierde su legitimidad y se abre un proceso de transformación que, aunque lento – como todo proceso social – no dejará primero de erosionar y, más tarde, cambiar los usos vigentes. De ahí que sea preciso estar atentos, a fin de que las transformaciones necesarias no vayan también en contra de la autonomía de las personas.

En este sentido, existe un peligro bastante corriente hoy en día: tras la creciente autonomización de los mecanismos económicos y políticos, se suele confiar en el espacio supuestamente libre de la opinión pública o del uso público de la razón. Así como, hasta hace poco, se creía que la política sería la vía de solución de los problemas reales, ahora se va trasladando el escenario al ámbito de la opinión pública, al menos como instancia crítica, desde donde se ejercería la presión adecuada para que los políticos y restantes agentes sociales cumplieran sus deberes para con la sociedad.

Pero también la tan traída y llevada opinión pública está bastante contaminada. No obstante, igual que en los casos anteriores, su justificación radica en el ejercicio de la autonomía de las personas en el espacio público. Otra cosa es que la realidad no permita desarrollar su fondo personalista y lo difumine a través de las enormes distorsiones de los medios de comunicación de masas.

Tras haber visto que todos los mecanismos promovidos a partir de la Ilustración moderna no han logrado fortalecer la autonomía personal, algunos han dictaminado el fracaso de la Ilustración. Pero, a mi juicio, se trata apenas del fracaso de una forma unilateral y reductora de llevar a cabo el proceso ilustrado.

Si se llegara al fondo personalista de la Ilustración se podría recuperar, al menos, una fuente imprescindible para reconstruir, en la compleja sociedad actual, una concepción polifacética del sí-mismo personal, a partir de la cual el impulso ilustrado moderno tendría un sentido creativo y enriquecedor, en vez de reductor.

Así, por ejemplo, no habría que ceder ante la hegemonía avasalladora del universo tecnológico ni ante la del individualismo utilitarista que, en forma de imperialismo tecnológico y económico, están invadiendo todas las esferas públicas y privadas y, lo que es todavía más grave, trastocando las convicciones personales y la conciencia moral de las personas. Porque no todos los problemas humanos son técnicos, ni pueden resolverse a través de meros esquemas económicos, tal como habitualmente se entiende. Sólo otra forma de entender la tecnología y la economía sería adecuada para contribuir a que las personas no se sintieran impotentes frente a mecanismos que sólo reciben justificación si prestan un verdadero servicio a las personas.

Por consiguiente, el imperio de la razón funcional, por muchas virtualidades aprovechables que tenga, no debería cegar los espacios de la creatividad personal y social que representan las creencias religiosas y la vida moral, ni puede sustituirlas en sus funciones de cohesión social y de unificación del sentido cultural. Es verdad que, aparentemente, el modelo tecnológico y economicista de la racionalidad ha sido el más eficaz para satisfacer muchas necesidades humanas, sobre todo la de bienestar. Pero



esto no implica la eliminación sino la re-situación, en la vida personal, de las fuentes de inspiración religiosa y moral. De lo contrario, la Ilustración sería reductora, pauperizadora de la vida personal, en vez de convertirse en fuente que potencie una vida digna, rica y creativa, justo cuando se tienen más medios que nunca para ejercer la autonomía personal.

Para superar el eclipse de la vida moral en el diseño de nuestras formas de vida y de nuestros argumentos vitales, a pesar del continuo uso retórico, nominalista y vacío de muchos términos morales, y así superar la mera racionalización técnica y económica, que es meramente instrumental y estratégica, es necesario replantear, a fondo, nuestro modo de ser y estar en el mundo, la relación con la naturaleza, con los demás hombres, consigo mismo y con Dios (GRACIA, 2005).

Y para ello es necesario esbozar algún proyecto de vida personal, uno de cuyos necesarios ingredientes proviene de la Ilustración moderna en su versión personalista. Aunque mucho se haya escrito contra el humanismo moderno y su figura de sujeto, lo cierto es que, en los últimos tiempos, ha sido necesario reconsiderar mucho de lo que, con excesiva ligereza, se había pretendido prescindir.

## **Plasmación Social del Humanismo en la Economía Ética, en la Bioética Económica y en la Empresarial**

Un punto crucial para conectar el humanismo hermenéutico con la ética de la responsabilidad es el de percatarse de las insuficiencias del homo oeconomicus y la necesidad de atender al momento de lo incondicionado.

Si la reflexión propia de la teoría ética, la teoría económica neoclásica y la contractual se encuentra orientada por el individualismo metodológico y el modelo del homo oeconomicus, no va más allá de una mera ética de móviles y, en definitiva, no rebasa el marco de las diversas formas de utilitarismo.

Pero lo ético no puede confundirse ni reducirse a un incentivo externo – heterónomo – como ocurre en las éticas de móviles, en las que los incentivos son el bienestar, la remuneración y cosas por el estilo, conforme al modelo del homo oeconomicus, ya sea en su versión mercantil, que es sumamente abstracta, o bien en su versión institucional o corporativa, organizacional-funcional, ésta ya más concreta o contextual. En cualquier caso, tal figura es insuficiente. Hace falta desvelar el momento de lo incondicionado. Es lo que se puede lograr si se cuenta con las éticas de fines objetivos y de bienes internos, con el universalismo deontológico-eleuteronomico kantiano, o bien a través de ciertas

éticas de la justicia<sup>2</sup>. Veamos, a continuación, algunas formas de hacer presentes el momento de lo incondicionado en las teorías éticas que tienen relevancia para la ética económica y empresarial aplicables al ámbito sanitario.

En primer lugar, en el momento ético típicamente eudemonista, expresado muchas veces – aunque no siempre adecuadamente – en términos de felicidad, es necesario que existan fines objetivos, bienes internos a la acción y, por consiguiente, motivos internos como la excelencia, la autorrealización, la plenitud vital o profesional y la aspiración a la perfección. Esta dimensión ética se vive con sentido comunitario e institucional y puede llegar a configurar una cultura ética social o institucional (corporativa). En ella se comparte el sentido de lo bueno, lo malo, lo justo y lo injusto que es, en definitiva, lo que forma la comunidad – la *koinonía* de Aristóteles o la *sittlichkeit* de Hegel. Lo importante es que el momento eudemonista de los bienes internos a la acción se inserte en un comunitarismo postconvencional, universalista, capaz de superar los meros contextualismos, ya que éstos no hacen más que producir diversas formas de exclusión.

Un segundo momento ético es el deontológico eleuteronomico. En él se expresa lo incondicionado de modo puro y formal, como una manera de garantizar al máximo la universalidad. Nótese que la universalización es una manera formal de defender la libertad entendida como autonomía personal y, en el fondo, la dignidad humana. Porque sólo cabe universalizar con sentido si hay algo que vale por sí mismo de modo categórico. Sólo entonces se vuelve posible formular fundadamente un imperativo categórico y no hipotético, es decir, no dependiente de ninguna otra condición – ¡incondicionado! El descubrimiento de esta dimensión ética es la base de la auténtica credibilidad, tan ansiada en general y tan apreciada en las relaciones económicas y empresariales. Sin credibilidad no hay eficacia sostenible. Sin un valor insobornable, más allá de todo precio, no habría seguridad de fondo: “sólo el necio no distingue entre valor y precio”. Este saber axiológico es sumamente necesario, a pesar de los recelos y las muchas dificultades que provoca en la mentalidad economicista, incluso para aquellos que entienden la economía, en sentido amplio, como el cálculo de los costos de oportunidad, porque es el antídoto más efectivo contra las posibles manipulaciones.

También algunas teorías de la justicia, como la de Rawls<sup>3</sup>, y la que

---

<sup>2</sup> Sobre bienes primarios (Rawls), mínimo decente (Daniels), capacidades mínimas (Sen), mínimos contextualizados en diversas esferas de justicia (Walzer), reconocimiento mutuo de la competencia comunicativa (Apel; Habermas), ética mínima de la persona como interlocutor válido (Cortina), ver CONILL, 2004.

<sup>3</sup> La teoría de la justicia de Rawls (Teoría de la justicia y liberalismo político) ha sido aplicada al campo sanitario por N. Daniels y recibido importantes aportaciones de R. Dworkin, A. Sen, M. Walzer etc. Sobre esto, ver PEREIRA, 2004.

suministra la ética discursiva (CORTINA, 1986 y 2000; GARCÍA-MARZÁ, 1992), intentan ofrecer alguna instancia o criterio para precisar el mínimo de bienes o condiciones que una sociedad debe garantizar para que una persona se comprenda como miembro cooperante de una sociedad. Se trata de determinar – y asignar – unos bienes primarios y una forma de entender la igualdad de oportunidades, que hace sentir la ciudadanía, lo cual es algo más que el contractualismo del individualismo metodológico. Así, por ejemplo, la salud y, en su caso, la asistencia sanitaria, es un bien derivado, pero incorporable a la lista de los bienes sociales en tanto que sirve para recuperar a las personas y en tanto éstas sigan siendo miembros cooperantes de la sociedad. Así pues, la justicia es una condición indispensable para generar civilidad, sin la cual ninguna de nuestras instituciones sociales tiene sentido, y así tampoco la empresa.<sup>4</sup>

La ética del discurso ha insistido en una peculiar dimensión ética, en el diálogo y en el consenso racional, cuya relevancia en la ética económica y empresarial ya está bien acreditada (ULRICH, 1987; APEL, 1988; CORTINA, 1994 y 2003; GARCÍA-MARZÁ, 2004). La empresa se ha de desenvolver en un marco de justicia, integrando los intereses de todos los *stakeholders* e incluso de todos los afectados por su actividad. Pero ¿cómo establecer un orden de prioridad entre los diversos intereses? El criterio que sirve de orientación básica es el del reconocimiento recíproco como interlocutores válidos y el de la universalización. Así se construye una intersubjetividad dialógica, por la que se expresan las pretensiones de validez – lo correcto, lo justo – en la acción comunicativa, que ya tiene un sentido propio, un télos interno, más allá de la acción instrumental y estratégica. Sólo así se tiene una directriz para armonizar los intereses en conflicto, fruto del pluralismo y la libertad racional, en el contexto de una ética de la responsabilidad convencida – pero manteniendo también aquí el momento de lo incondicionado.

\* Conferência apresentada no VI Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso de Bioética do Mercosul (Foz do Iguaçu, 2005).

---

<sup>4</sup> Esta perspectiva contribuye a percatarse de que la empresa, en ocasiones entendida como una institución voraz, no ha de verse enfrentada ante el dilema de elegir entre ser una organización de guerrilleros o una organización de mercenarios, ya que lo auténticamente moderno consiste en lograr que llegue a ser una organización de ciudadanos profesionales. Sobre esto, ver CONILL, "La configuración ética en el mundo laboral", en CORTINA (ed.), 1997. Desde este punto de vista, habría que reflexionar sobre si ciertos gastos no deberían entenderse más bien como inversiones sociales.

## Referências Bibliográficas

APEL, KO. *Diskurs und verantwortung: das problem des ubergangs zur postkonventionellen moral*. Frankfurt, Suhrkamp, 1988.

CONILL, J. La configuración ética del mundo laboral. In: CORTINA, A. (ed.) *La rentabilidad de los comportamientos éticos para la empresa*. Madrid, Fundación Argentaria/ Editorial Visor, 1997.

\_\_\_\_\_. *El enigma del animal fantástico*. Madrid, Tecnos, 1991.

\_\_\_\_\_. *El poder de la mentira. Nietzsche y la política de la transvaloración*. Madrid, Tecnos, 1997.

\_\_\_\_\_. *Horizontes de economía ética. Aristóteles, Adam Smith y Amartya Sen*. Madrid, Tecnos, 2004: 93 y ss.

CONILL, J & CROCKER, D (eds.). *Republicanismo y educación cívica. ¿Más allá del liberalismo?*. Granada, Comares, 2003.

CORTINA, A. *Construir confianza*. Madrid, Trotta, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ética aplicada y democracia radical*. Madrid, Tecnos, 1993.

\_\_\_\_\_. *Ética de la empresa*. Madrid, Trotta, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ética mínima*. Madrid, Tecnos, 1986.

\_\_\_\_\_. *Ética sin moral*. Madrid, Tecnos, 2000.

CORTINA, A & GARCÍA-MARZÁ, D (eds.). *Razón pública y éticas aplicadas*. Madrid, Tecnos, 2003.

GARCÍA-MARZÁ, D. *Ética empresarial. Del diálogo a la confianza*. Madrid, Trotta, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ética de la justicia*. Madrid, Tecnos, 1992.

GRACIA, D. *Como arqueros al blanco*. Madrid, Triacastela, 2005.

HIRSCHMAN, A. *Las pasiones y los intereses*. México, FCE, 1978.

KANT, I. *Fundamentación de la metafísica de las costumbres*. Madrid, Real Sociedad Económica Matritense de Amigos del País, 1992.

PEREIRA, G. *Medios, capacidades y justicia distributiva*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

POCOCK, JGA. *El momento maquiavélico*. Madrid, Tecnos, 2002.

SMITH, A. *La riqueza de las naciones*. México, F.C.E., 1958.

ULRICH, P. *Transformation der ökonomischen Vernunft*. Bern, Haupt, 1987.

Recebido em 21/11/2005

Aprovado em 06/12/2005

## A BIOÉTICA CLÍNICA E A TERCEIRA IDADE

### *Clinical Bioethics and the elderly*

**Sérgio Ibiapina F. Costa**

Instituto Camillo Filho, Teresina, Piauí, Brasil.

[costa.sic@webone.com.br](mailto:costa.sic@webone.com.br)

**Resumo:** Este trabalho apresenta as categorias comumente utilizadas para definir o processo de envelhecimento e os segmentos populacionais que o vivenciam, estabelecendo uma discussão sobre suas conseqüências, seja o que concerne a seu impacto em termos populacionais, a sua importância na alocação de recursos para a saúde e na dimensão individual, apontando alguns dos impasses ao atendimento de pacientes nessa faixa etária.

**Palavras-chave:** Bioética Clínica. Envelhecimento. Dignidade. Eutanásia. Recursos em saúde.

**Abstract:** This work presents the categories commonly used to define the process of growing old and the population groups that experience it, establishing a discussion about its consequences, concerning its impact in the population, its importance to the allocation of health resources and in its individual dimension, pointing out some of the impasses to the care of patients at that age.

**Key words:** Clinical Bioethics. Aging. Dignity. Euthanasia. Health resources.

A humanidade caminha para ter número igual de jovens e idosos em 2050. Segundo o coordenador do Programa de Envelhecimento e Curso de Vida da Organização Mundial da Saúde, "em muitos países, mesmo na Europa, ainda persiste a mentalidade de que a população é predominantemente jovem" (KALACHE, 2005). Este tipo de pressuposto faz com que o sistema de saúde e a infra-estrutura urbana não levem em consideração o aumento acelerado de pessoas na terceira idade na população de todo o mundo. No entanto, o idoso de 2050 não é uma abstração, mas sim o jovem de hoje. No escopo de nossas palavras, entenda-se por terceira idade o grupo populacional acima dos 60 anos, segundo estabelece o *Estatuto do Idoso* de nosso país

(BRASIL, 2003). Convém salientar que esse critério de idade é arbitrário, sendo destituído de qualquer fundamento científico. Todavia, esta é a idade limite de corte para separar o adulto do idoso.

A velhice não é um fenômeno etário, social e biológico imediato, não se consolida de uma só vez. Ela emerge de sintomas e atos sociais, cavando o seu próprio leito, como um rio. Assim, é possível afirmar que dois velhos de 80 anos não têm nunca a mesma idade, um em relação ao outro. Nesta hipótese, convém entender que nem sempre a idade cronológica de duas pessoas corresponde a uma mesma idade biológica. O dicionário de Littré, de 1878, definia a velhice como “a última etapa da vida, cujo início se fixa no sexagésimo ano, mas que pode ser mais ou menos avançada ou retardada, segundo a constituição individual, o gênero de vida e uma série de circunstâncias” (LITTRÉ, 1908).

No mundo ocidental, com populações cada vez mais envelhecidas, fala-se hoje nas terceira e quarta idades. A Organização Mundial de Saúde (OMS), no limiar do século XXI, considera que um dos primeiros objetivos de investigação das ciências da vida deverá ser conseguir a “expectativa de vida ativa”, ao contrário do objetivo anterior, que era o de apenas aumentar a “esperança de vida”. Dar vida ao tempo, em vez de dar tempo à vida é o projeto contemporâneo, já que, sob determinadas condições, sobreviver é sinônimo de infraviver ou sobremorrer (SOARES, 2001).

Segundo a afirmação de Golini, “enquanto o século XX foi o século do crescimento demográfico, o século XXI será o do envelhecimento das populações” (GOLINI, 1988). Sob o título *Amanhecer cinzento* e abordando a economia e a política envolvidas no fenômeno do envelhecimento, Peterson, citado por Drane, usa a seguinte metáfora para descrever o desafio de uma crescente população que envelhece:

“O envelhecimento global é como um sólido iceberg que pode perfeitamente destruir as embarcações economicamente mais poderosas do mundo. A população mundial, que envelheceu e ameaça a sobrevivência humana, constitui-se em um dos desafios mais importantes que enfrentaremos no século XXI” (DRANE, 2001).

Não é somente o número de idosos que tem aumentado em todo o mundo, mas também o tempo de vida da população já idosa: “Isto quer dizer que a população considerada idosa, também está envelhecendo” (CAMARANO, KANSO & MELLO, 2004).

Qual seria então o limite de sobrevivência das pessoas? Há quem considere que ultrapassada a primeira etapa da mortalidade entre jovens, fruto de efeitos endógenos ou de agressões do meio, uma segunda etapa dar-se-á mediante programação genética, com a morte natural devendo ocorrer entre os 85 a 100 anos de idade (DUCHENE & WUNSCH, 1988).

Além das sucintas considerações demográficas, um outro aspecto a ser abordado diz respeito à qualidade de vida de uma população envelhecida. Ao se examinar o percentual de anos de vida sem saúde em pessoas acima de 60 anos, no Japão e no Brasil, verifica-se que naquele país 18% dos idosos vivem com a saúde comprometida, enquanto que, no Brasil, esses índices são de 40%. Tem-se, portanto, 40% do tempo vivido pelos idosos brasileiros com a saúde comprometida (CAMARANO, KANSO & MELLO, Op. cit.). Esse *gap* traduz um desafio a enfrentar, qual seja, a implementação de novas políticas públicas no campo da saúde, tendo como propósito oferecer acréscimo de vida aos idosos e assegurar-lhes o mínimo de problemas relacionados à saúde.

Aliás, quando se fala em qualidade de vida, convém frisar que tal condição é valorativa, dependendo, preferencialmente, do julgamento que a própria pessoa faz sobre o seu estado, sendo ela, em determinadas circunstâncias, a única autorizada a opinar sobre o seu real bem-estar. Não são os profissionais da área biomédica e muito menos os diretores de instituições asilares que devem valorar o critério de qualidade de vida como uma conquista exclusiva a ser ofertada. Maturana ao se reportar à velhice, reproduz um dos textos mais antigos que se tem notícia no qual um idoso se auto-analisa. A autoria é atribuída a um escriba egípcio, datado de 2450 a. C. Diz o seguinte:

“Quão penoso é o fim de um velho! Debilita-se a cada dia; sua visão diminui e seus ouvidos já não ouvem; sua força declina e seu coração já não descansa; sua boca torna-se silenciosa e já não fala. Suas faculdades intelectuais diminuem e o impossibilita recordar hoje o que aconteceu ontem. Todos os ossos estão doloridos. As ocupações não são mais realizadas pelo simples prazer. A velhice é a pior das desgraças que pode afligir um ser humano” (MATURANA, 2001).

Tal narrativa não difere em muito dos relatos contemporâneos, quando do atendimento de pessoas pertencentes à terceira idade, o que nos leva a inferir que os idosos têm registrado queixas semelhantes ao longo de milênios.

Dentre as inúmeras abordagens da Bioética Clínica e a terceira idade, aquelas que têm recebido maior atenção por parte dos interessados em

bioética, são as seguintes: 1) a relação entre profissionais de saúde e idosos; 2) a pesquisa com a participação de idosos; 3) a tomada de decisão e o envelhecimento; 4) a alocação de recursos na terceira idade; 5) o morrer com dignidade.

Na sociedade contemporânea, um dos temas mais comuns, sobretudo nos meios de comunicação de massa, são os mecanismos hoje à disposição da população para retardar ao máximo o processo de envelhecimento. Diante de tais possibilidades, o que dizer da sucessão de avanços tecnocientíficos a serviço da medicina que emergiram nas últimas décadas, como a introdução de novos fármacos que prometem combater as doenças próprias do envelhecimento? Sobre esse fenômeno em especial, convém lembrar que somente nos últimos anos passou-se a realizar pesquisas com fármacos contando com a participação efetiva dos idosos na condição de sujeitos da pesquisa. Esqueceu-se, ao longo do tempo, que grupos de pessoas idosas portadoras de co-morbidades têm sua fisiologia comprometida pelo desgaste natural dos anos e que, por isso mesmo, não dispõem da integridade funcional de todos os órgãos.

No entanto, até recentemente, era comum a prescrição de drogas cujas reais indicações eram conhecidas, embora fossem desconhecidos os mecanismos de ação no organismo das pessoas mais frágeis, portadoras que são de pelo menos quatro enfermidades crônicas, em média (MUELLER, HOOK & FLEMING, 2004). "A transposição de achados de pesquisas realizadas em adultos nem sempre é válida e os ajustes que são propostos muitas vezes não são adequados" (GOLDIM, 2002). Por uma questão de justiça, as pesquisas realizadas em idosos devem beneficiar diretamente os indivíduos que compõem essa faixa etária. Caso não preencha esse requisito, devem ser excluídos do estudo.

A condução de pesquisas com população idosa requer uma atenção especial nas várias fases do processo de obtenção do Consentimento Livre e Esclarecido. Há que atribuir especial atenção à obtenção do consentimento, devendo, sempre que possível, recorrer-se à ajuda de familiares ou amigos para explicação conjunta das características do ensaio.

Os desafios da medicina no século XXI em relação à terceira idade devem, necessariamente, incluir a missão de reduzir ainda mais as incidências do trauma, das doenças cardiovasculares e dos diferentes tipos de câncer. Contemplar esse aspecto será bem mais difícil do que tem sido a efetiva contribuição oferecida pela própria medicina no século passado ao proporcionar uma maior expectativa de vida aos idosos, combatendo as



infecções e reduzindo a incidência de doenças cardiovasculares ao recomendar a prática de hábitos saudáveis de vida.

Por força da profissão e da especialidade voltada para a terceira idade, tenho tido contatos freqüentes com pacientes idosos. Relatar um pouco desta experiência é oportuno. Certa vez, ouvi o seguinte relato de uma paciente, a senhora Ana, com 96 anos, que ficou viúva aos 93, em razão do falecimento do esposo como decorrência de Alzheimer. Morava com a única filha de 75 anos. Nos dois anos anteriores à consulta aqui relatada, a filha vinha manifestando sintomas progressivos de Alzheimer e, totalmente inválida, era cuidada pela mãe, salvo quando hospitalizada, em razão de complicações. Em certo momento da visita, a senhora Ana disse o seguinte: "não tenho mais nenhum parente, sou a única sobrevivente local, minha filha vejeta, perdi minha função social, portanto, indago: quem sou eu?".

Pessoas como essa senhora muitas vezes se mantêm vivas apenas em função do auto-reconhecimento de suas obrigações maternas. No entanto, entre algumas especialidades, mesmo diante de contextos como esse, a depressão no idoso é reconhecida e tratada adequadamente. Quase sempre o foco do examinador é condicionado à aparência externa de vida e voltado para o órgão enfermo, sem que se observem os aspectos existenciais e psiquiátricos do paciente. Este tem se constituído em um dos problemas éticos da medicina no que se refere ao tratamento da velhice.

Em nosso meio, a relação do idoso com seus familiares costuma ser ainda uma relação de respeito e veneração. No entanto, vez ou outra somos surpreendidos por relatos que poderiam ser considerados até como fantasiosos, de tão desumanos. As mulheres idosas, geralmente viúvas, traduzindo uma tendência à feminização da velhice, costumam dividir-se em vários grupos de queixosas, embora todas tenham algo em comum em suas queixas: a solidão. Aquelas que são capazes de gerir seus bens e têm discernimento, escapam da interdição, embora possam sofrer toda sorte de pressão para dividir seus proventos com membros da família.

Algumas idosas conseguem morar sozinhas, sob a supervisão à distância de filhos ou filhas que nem sempre lhes dão a devida atenção. Por outro lado, existem aquelas de menor poder aquisitivo que comumente moram com uma das filhas, o que as leva a perder toda a privacidade. Nesse caso, geralmente são obrigadas a lidar com a intolerância dos netos, traduzindo os inevitáveis conflitos intergeracionais. Os dias passam e essas mulheres continuam envelhecendo, vítimas de traumas sem precedentes, pois não há quem as ouça ou interceda por elas. É preciso que, no processo de atendimento

os profissionais de saúde ofereçam a esse universo de mulheres um espaço de privacidade, sem a presença de acompanhantes, a fim de que seja possível ouvir suas queixas, garantindo-lhes um formato de atendimento que extrapole o conteúdo restrito de uma consulta tradicional. É inconcebível a falta de receptividade que muitas vezes marca o atendimento médico a essas pacientes. Muitas delas ainda querem ser ouvidas quando sua consulta é "encerrada", caracterizando uma convivência perversa e eticamente inaceitável entre médicos e familiares.

Não se pode negar que o contato com a velhice existe em quase todos os ramos da atividade humana. Não há circunstância melhor para abordar a terceira idade do que quando já se faz parte desse grupo etário ou se convive e acompanha dilemas e conflitos inerentes à longevidade, seja entre familiares ou na rotina diária de uma profissão. Neste aspecto, pode-se afirmar que, de forma direta ou indireta, praticamente todos profissionais de saúde acham-se comprometidos com os dilemas que afetam as pessoas situadas na terceira idade. Esse comprometimento nos torna, de certa forma, cúmplices e capazes de dizer se o que nos dizem ou escrevem sobre a velhice é correto. E, nem sempre é.

Todos nós sabemos quanta impropriedade há nas apologias de culto ao corpo que observamos diariamente nos meios de comunicação de massa. Geralmente, para se apregoar a necessidade de adoção de práticas de rejuvenescimento ou de adiamento do envelhecimento, a velhice nos é mostrada como um sinal de equívoco e de descuido. Nesse discurso antienvelhecimento, o velho nos é apresentado sempre como o portador de excessos de rugas, aquele que tem o andar claudicante, as extremidades trêmulas e um comportamento caricato, que vai da inutilidade ao lugar de estorvo na vida da família.

Exemplo de desrespeito ao fenômeno do envelhecimento, e conseqüentemente à população idosa, é o texto do rótulo de um dos cosméticos de reconhecida aceitação no mercado nacional, cuja denominação comercial é "creme antiidade". Sua função farmacológica, expressa no rótulo, é combater as rugas das mãos. Assumir a velhice em nossa sociedade é algo que incomoda principalmente os artistas e isso é visto à exaustão nas chamada mídia de celebridades.

Talvez, um dos aspectos mais contundentes da ocultação e da estigmatização do idoso seja o isolamento total em que a sociedade mantém diante de qualquer abordagem da sexualidade da população nessa faixa etária. No campo da terceira idade, a sexualidade é um tabu. Um balconista de farmácia sabe muito mais sobre os dilemas sexuais dos septuagenários do

que os médicos que os assistem. Isso se dá, sobretudo, pelo fato de os profissionais de medicina não inquirirem fatos considerados como pertencentes à esfera da vida privada, como é o caso da sexualidade. Os pacientes idosos, por sua vez, raramente sentem-se à vontade para relatar a seus médicos aspectos de sua intimidade, fechando-se assim um ciclo de silenciamento em torno de um dos aspectos fundamentais da vida humana.

Assim sendo, age-se como se o interesse sexual nessa fase da vida não merecesse qualquer orientação médica, o que, muitas vezes pode estimular, por omissão, a automedicação e o uso de substâncias farmacológicas voltadas para o estímulo da libido. Caso haja interesse em abordar a esfera sexual do idoso, isso se dará sob estratégias de inibição e recriminação de qualquer iniciativa nesta área. Vê-se, portanto, que temas como privacidade, autonomia, fidelidade, veracidade e vulnerabilidade encontram-se diluídos nas poucas citações oriundas da experiência pessoal de cada um de nós quando da convivência com o idoso em toda sua complexidade.

Existem dois outros conflitos relacionados à Bioética Clínica e à terceira idade que merecem destaque. O primeiro deles diz respeito à destinação de recursos em saúde para a população idosa. É do conhecimento dos que trabalham com bioética que uma das fronteiras para impor gastos em saúde é estabelecer limite de idade para determinados procedimentos de alta complexidade. O Brasil, que destina recursos escassos do seu orçamento anual para gastos com a saúde, encontra inúmeras dificuldades para atender todas as demandas dessa área, sobretudo no que se refere às necessidades inerentes à manutenção da saúde da crescente parcela da população na terceira idade. Enquanto isso, os países industrializados gastam com os idosos uma percentagem de recursos maior do que com todo o restante da população.

A Bélgica, por exemplo, gasta 1,7 vezes mais com as pessoas acima de 65 anos do que com o restante da população: "Isto faz com que muitas sociedades ocidentais sejam receptivas à alocação baseada na idade" (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 2002). Por outro lado, há quem argumente que a sociedade deve garantir uma assistência básica e digna para todos os indivíduos, mas sem o compromisso de empreender esforços ilimitados para vencer a enfermidade e a morte, ou seja, há de se admitir a morte como um fato aceitável e inerente ao caráter finito da vida (CALLANHAN, 1989).

Na visão de outros autores, no entanto, esse tipo de proposta pode facilmente servir para perpetuar injustiças e estereotipar os idosos, caracterizando-os, assim, como bodes expiatórios da causa do aumento dos custos da assistência à saúde e criando conflitos desnecessários entre gerações:

“Em cada geração consecutiva, as pessoas idosas se queixarão de que não tiveram acesso às novas tecnologias desenvolvidas e de que estas foram financiadas pelos impostos pagos por elas. Agora idosas, essas pessoas se julgam no direito de reivindicar que tal investimento passado se reverta em acesso justo às novas tecnologias, jamais em restrições de uso” (BEAUCHAMP & CHILDRESS, Op. cit.).

No Brasil, essa discussão ainda não foi publicizada, exceto pela manifestação de alguns poucos trabalhos acadêmicos produzidos na última década. A destinação justa de escassos recursos em saúde constitui-se tema da maior relevância e não há como não constar da agenda de discussão do Governo a formulação de políticas públicas no campo da saúde.

Não é possível enfrentar as dificuldades de escassez de recursos em saúde sem limitar o horizonte a ser alcançado. A literatura é pródiga em apontar exemplos de países desenvolvidos que detêm aproximadamente 10% da população com mais de 65 anos de idade com um gasto de 1/3 do total do orçamento destinado à saúde de toda a população. Essa é uma área temática que deverá merecer prioridade entre os assuntos pautados para a terceira idade e suas implicações com a Bioética Clínica.

Por oportuno, convém lembrar que os países ricos conquistaram riqueza por meio de uma população jovem que somente depois envelheceu, ao contrário dos países em desenvolvimento, que terão de livrar-se da pobreza com expressiva parcela da população já estando na terceira idade.

A última abordagem relacionando Bioética Clínica e terceira idade diz respeito à representação da perspectiva de morrer e da própria morte para esse grupo populacional, sobretudo o que significa morrer com dignidade. A possibilidade de intervir no ciclo da vida, acelerando ou estendendo o momento da morte, é, talvez, uma das questões mais centrais da ética aplicada à saúde, sendo o Juramento de Hipócrates uma das referências éticas mais antigas. O avanço biomédico, em particular as técnicas paliativas, trouxe para a cena do debate não apenas a discussão sobre a existência ou não de um suposto direito de escolher o momento da morte, mas também sobre o tema dos tratamentos desproporcionais que podem estender indefinidamente a vida, impedindo que as pessoas efetivamente morram.

Os idosos merecem essa atenção porque, inexoravelmente, se aproximam do momento da morte em razão da finitude de sua existência. Sobre esse assunto, vale ressaltar os seguintes aspectos:

“O reconhecimento de que a decisão sobre o momento da morte não deveria ser apenas uma questão técnica, mas essencialmente de ordem ética, portanto, da esfera privada das pessoas, vem sendo considerado um verdadeiro desafio aos profissionais da saúde. A resistência por parte dos que trabalham nas áreas biomédica e jurídica é no sentido de recusarem aceitar a participação do debate formal sobre diferentes modalidades de eutanásia ou de se posicionarem frontalmente contrários à recusa de pacientes em receber qualquer modalidade de tratamento para a sua enfermidade. Os fundamentos éticos do debate sobre o direito de morrer são vários, muito embora os princípios da autonomia e da dignidade sejam referências obrigatórias para qualquer processo decisório, inclusive nos países que regulamentaram em lei o direito a alguma forma de eutanásia” (DINIZ & COSTA, 2004).

Acredita-se que a eutanásia, em suas diferentes tipologias, será uma área temática que merecerá maior atenção nas primeiras décadas do século atual, em substituição ao aborto, que proporcionou grandes embates éticos a partir da segunda metade do século XX. Na mesma esteira do debate sobre a eutanásia, surge a distanásia como terminologia de uso corrente quando se aborda a resistência ao processo de morrer. Definitivamente, não é possível que tenhamos que conviver com a idéia de que a morte pressupõe flagelo ou mesmo violação de um dos direitos mais fundamentais do ser humano: a dignidade.

Conclui-se que o envelhecimento natural nem sempre significa doença, dependência de terceiros ou perda irreversível de funções, embora seja normal um declínio insidioso e gradual das capacidades sistêmicas e orgânicas. Não se espere do idoso centenário a exibição de saúde, pois, com certeza ele estará muito mais próximo da finitude da sua existência, acometido por diferentes formas ou manifestações de doenças. É papel do estudioso em bioética, diante dessa realidade social inevitável, identificar os dilemas e conflitos que surgem a cada dia nos modos de vida, hábitos, habilidades e perda de autonomia das pessoas que avançam para a terceira idade. Afinal, “o sonho da eterna juventude pode parecer mais interessante que a discussão dos problemas relacionados ao envelhecimento” (GUIMARÃES & CUNHA, 2005).

\* Conferência apresentada no VI Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso de Bioética do Mercosul (Foz do Iguaçu, 2005).

## Referências Bibliográficas

- BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº. 10.741, de Primeiro de outubro de 2003.
- BEAUCHAMP TL & CHILDRESS JF. *Princípios de ética biomédica*. São Paulo, Loyola. 2002.
- CALLAHAN D. Health care for the elderly: setting limits. *Saint Louis University Law Journal*.33:557.1989.
- CAMARANO AA., KANSO S & MELLO A. Como vive o idoso brasileiro. In: CAMARANO AA (Org.). *Os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro; IPEA :25-73,2004.
- DINIZ D. & COSTA S. Morrer com dignidade: um direito fundamental. In: CAMARANO AA. (Org.). *Os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro; IPEA:121-34,2004.
- DRANE JF. Aging and dying; medical and ethical considerations. *Acta Bioethica* VII(1): 98, 2001.
- DUCHENE J. & WUNSCH G. *Population aging and the limits to human life*. Working Paper, 1, Université Catholique de Louvain, 1988.
- GOLDIM, JR. Bioética e envelhecimento. In: Freitas EV. et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: 85-90, 2002.
- GOLINI A. Aspectos demográficos. In: Actas da 3ª. *Conferencia Internacional Longevidade e Qualidade de Vida*. Cidade do Vaticano. 1988.
- GUIMARÃES RM. & Cunha UGV. *Sinais e sintomas em geriatria*. 2a. Edição. São Paulo; Editora Atheneu:1, 2005.
- KALACHE A. Um mundo mais velho. Veja. Edição 1912; ano 38 n. 27. 6 de julho de 2005. : 11
- LITTRÉ, E. *Dictionnaire de médecine, de chirurgie, de pharmacie et des sciences, qui s'y rapportent*. Libr. J.-B. Bailli&Grave. Paris, Ete et Fils, 1908.
- MATURANA CT. El viejo en la historia. *Acta Bioethica* VII(1):109, 2001.
- MUELLER, PS; HOOK, C & FLEMING, KC. Ethical issues in geriatrics: a guide for clinicians. *Mayo Clinic Proc.*;79:554-62,2004.
- SOARES MLB. Envelhecimento e dependência. *Cadernos de Bioética*. XI(27):123-28,2001.

Recebido em 27/09/2005  
Aprovado em 14/10/2005

## ÉTICA E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS ATUAIS

### *Ethics and sustainability: present current challenges*

**Abraham Benzaquen Sicsú**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil.

[sicsu@fundaj.gov.br](mailto:sicsu@fundaj.gov.br)

**Resumo:** As Teorias de Desenvolvimento Sustentável têm trazido significativa contribuição à reflexão sobre a sociedade, superando a fase em que se confundiam com preservação ambiental. Suas diferentes versões ressaltam a importância de parâmetros norteadores para condutas sociais que alicerçam uma nova perspectiva ética calcada na interdependência entre instituições e pessoas. Ou seja, um novo padrão de desenvolvimento social, econômico e ambiental, além de comportamental e institucional, para equilibrar o conflito entre interesses nos diversos planos; respeito às diferenças culturais, evitando o etnocentrismo e; compromisso com as próximas gerações, considerando as necessidades das futuras sociedades. E, nessa lógica, reciclagem, parceria, flexibilidade e respeito à diversidade são base de construção de sociedades mais harmônicas.

**Palavras Chave:** Sustentabilidade. Ética ambiental. Ciência e ética.

**Abstract:** The Sustainable Development Theories are remarkably contributing to improve the way the society is thinking about the society, especially because there are no more conflicts with the idea of environment preservation. The different visions of those theories emphasizes the importance of new parameters which contributes to set up new social behaviors in a new ethical environment pattern building over linkages between the institutions the people: a new pattern of development social, economic and environmental in front the conflicting ideas among this different interesting and levels; respect to cultural differences and; an agreement to set up a new generation behavior, considering the future of the society. And, in this logical, we must to think about recycling, pattern-ship, flexibility and respect to cultural differences are the basis to construction to a more harmonic societies.

**Key words:** Sustainability. Environmental ethics. Science and ethics.

O enfoque da bioética começa a ser marco referencial de diferentes áreas na sociedade contemporânea, em que profundas transformações têm levado a que muitos dos princípios que nos são caros venham sendo, vez por outra, questionados. É difícil prever os impactos dessas transformações e, conseqüentemente, quais os valores que devem orientar nossas ações nessas áreas de atividade, tanto nos procedimentos relativos à saúde humana e animal, quanto à agricultura e ao relacionamento com a natureza.

Um dos maiores medos da sociedade é o desconhecido. Confrontar-se com algo que não é controlado, que não pode ser previsto, fez com que posições conservadoras, e até mesmo reacionárias, fossem a tônica em muitos momentos. No entanto, os rumos das sociedades humanas não podem ser totalmente previsíveis e correr riscos fez com que avanços importantes acontecessem. Evidentemente, esse percurso não foi feito somente de êxitos. Muitos fracassos e desastres foram observados.

O desenvolvimento acelerado da engenharia genética e da biotecnologia, por exemplo, são parâmetros para repensar a sociedade, já que o risco e a incerteza aparecem como fenômenos a serem considerados concomitantemente ao processo de evolução. Nesse contexto, é fundamental definir um arcabouço ético que possa servir de paradigma para os procedimentos públicos e privados em uma realidade onde, cada vez menos, se tem controle sobre os caminhos que estão sendo trilhados. A presente reflexão procura contribuir nessa direção, partindo da observação da realidade brasileira.

O objetivo deste texto é discutir questões que consideramos fundamentais e que, de maneira objetiva a sociedade vem trazendo para o centro das discussões atuais. As questões chave são: quem pode e deve decidir sobre os riscos e caminhos desconhecidos que a sociedade deve trilhar? Baseado em quê? Como se pode ter um mínimo de controle sobre esses processos em meio a incertezas e céleres avanços tecnológicos?

## Ética do Tempo Atual

Entendendo a ética como uma reflexão filosófica sobre a moralidade e sabendo que a moral pode ser definida como o conjunto de costumes, modos de ser, regras etc., que efetivamente guiam o comportamento humano na busca do bem, a questão centra-se em entender qual a lógica que orienta, ou deve orientar, nossos procedimentos atuais (DALL'AGNOL, 2004).



"A nova ordem ética deve encontrar outra centralidade. Deve ser ecocêntrica, deve visar o equilíbrio da comunidade terrestre. Tarefa fundamental consiste em refazer a aliança destruída entre o ser humano e a natureza, entre as pessoas e povos para que sejam aliados uns dos outros em fraternidade, justiça e solidariedade... o ser humano vive eticamente quando renuncia estar sobre os outros para estar junto com os outros" (BOFF, 2003).

Na sociedade atual esta busca deve estar associada com o desafio, expresso na conhecida *Agenda 21*, para a "relação entre Ciência, as condicionantes éticas de sua produção e uso, e o imperativo da conciliação da busca de melhores condições materiais de subsistência com a necessidade de um desenvolvimento que seja sustentável...". Na prática, no entanto, tal postura não é facilmente atingível.

Um primeiro ponto a colocar é a necessidade de compreender que nossa sociedade é composta de grupos com interesses distintos, muitas vezes, antagônicos. Não podemos dizer que os interesses são sempre comuns entre os grupos econômicos, os governos e os cientistas envolvidos. Também, e talvez mais importante, a assimetria no acesso à informação, faz com que alguns desses grupos tenham instrumentos e visões privilegiadas para intervir. Tal desigualdade pode se tornar um mecanismo de dominação, pois os detentores conhecimento reivindicam para si o controle sobre os outros. Alguns saberes são considerados superiores e representam, efetivamente, poder em nossa sociedade.

Neste quadro, se, por um lado, o avançar da sociedade traz necessariamente incerteza, por outro, a assimetria de informações pode levar a uma exacerbação do dito "cientificismo" e do domínio social por grupos detentores de conhecimentos específicos. A própria codificação desses conhecimentos em linguagem pouco acessível pode garantir esse domínio social.

## **A Evolução do Pensamento Ecológico**

Em seu início, a visão ecológica se confundia com preservacionismo ambiental. O próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável se restringia, quase sempre, à busca da manutenção dos ecossistemas em suas características originais, evitando qualquer interferência humana na dinâmica evolutiva. Tal concepção prevalecia a ponto de Ferry, ao criticar o radicalismo ecologista, afirmar que "o amor à natureza oculta o ódio aos homens" (FERRY, 1994). Essa visão tinha por trás de si a preocupação que chamamos de "Princípio do Domínio

Absoluto". Este, previa que nenhum experimento deve ser feito sem que se conheçam as conseqüências; seria necessário evitar imprevisibilidades; desejava-se o controle quase que absoluto sobre os resultados.

Evidentemente, com o tempo essa visão foi superada. A perspectiva atual parece diferente. Nela estão contidas quatro lógicas embutidas, quais sejam: a existência de compromisso entre gerações; conflitos devem ser minorados com visão de longo prazo; o resgate da cultura local como identidade a ser valorizada; e o respeito à diversidade e à negação do etnocentrismo.

Capra chama a atenção para o fato de que se está construindo um novo paradigma para as sociedades, baseado no declínio do patriarcado bem como no paulatino abandono da utilização do combustível fóssil. Neste paradigma nada explica *per se*, mas pela interação e interconexão entre diversos elementos, sendo ressaltada a importância da manutenção dos valores e da cultura locais (CAPRA, 1982). Nesse sentido, algumas lógicas devem ser destacadas:

- Existem conflitos no curto prazo entre os interesses sociais, econômicos e ambientais, que devem ser minorados no longo prazo.
- O desenvolvimento mais harmônico necessita de mudanças institucionais para regular os processos e avanços tecnológicos para superar entraves.
- Não se pode olvidar o compromisso entre gerações e nossas obrigações com as gerações futuras.
- É fundamental resgatar a responsabilidade social dos diferentes segmentos (empresários, cientistas, governos, entre outros).
- Resgate da cultura dos povos e respeito à diversidade.

Este quadro fez com que Capra chamasse a atenção para a importância de uma visão sistêmica e holística, baseada em princípios básicos:

"São estes, então, alguns dos princípios básicos da ecologia - interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade, diversidade e, como conseqüência de todos esses, sustentabilidade. À medida que o nosso século se aproxima do seu término, e que nos aproximamos de um novo milênio, a sobrevivência da humanidade dependerá de nossa capacidade de compreender esses princípios e viver em conformidade com eles" (CAPRA, 1998).

## A Ética de uma Sociedade Emergente

No final dos anos 1980, e mais incisivamente nos anos 1990, começa a se consolidar um movimento que pode alicerçar um novo padrão ético no relacionamento humano e nas posturas institucionais. A idéia de Desenvolvimento Sustentável, em suas diferentes definições, traz subjacentes dois conceitos básicos para este novo padrão.<sup>1</sup>

Primeiramente, a idéia de que é fundamental compatibilizar interesses, não admitindo dominação dos diferentes enfoques, seja o econômico, o social ou o ambiental. O fundamental é garantir condições de vida e dignidade para o ser humano. Em outras palavras, usando uma imagem atual, não se deve priorizar Davos (o enfoque econômico) ou Porto Alegre (o enfoque sócio-ambiental), mas sim, procurar um mundo em que as concessões possam ser feitas e princípios comuns possam ser definidos.

Essa perspectiva é fundamental, pois equivale à tradução na *práxis* da idéia de que a realidade é constituída num todo de relações em que cada evento, fenômeno ou coisa existente, é resultante de uma multiplicidade de fatores determinantes. Deste modo, não faz sentido pensar em uma relação unidirecional de causa e efeito, nem se pode mais assumir atitudes maniqueístas, seccionando todo mal de um lado e todo bem de outro. Não obstante, isso não implica um relativismo ingênuo ou uma atitude acrítica, tampouco um ecletismo desvairado que junta contrários sem resolver as contradições entre eles, mas sim, requer um perscrutar atento e crítico, desde uma atitude ética que priorize o *ethos* em seu duplo sentido.

Em segundo lugar, chama-se a atenção para o necessário compromisso de gerações, ou seja, a compreensão de que o mundo não se esgota com nossa geração. Temos compromissos com as gerações que nos sucederão e, portanto, é fundamental garantir um legado que seja compatível com a dignidade humana dos que virão a nos suceder. E neste contexto a questão ambiental assume enorme importância.

Esse segundo preceito tem conquistado mais adeptos ultimamente, na medida em que se começa a compreender, e cada vez mais claramente, que não se trata de ser "bonzinho" para com as gerações futuras, deixando-lhes uma existência possível e com dignidade, mas, sim, de que essa herança é consequência da qualidade de vida que ora nos permitimos fruir e ora lutamos por poder usufruir.

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que a Organização das Nações Unidas - ONU catalogou mais de 700 diferentes conceitos para o que se entende por desenvolvimento sustentável.

O problema que surge é como garantir que esses preceitos possam direcionar ações em campos como o da biotecnologia, em que a celeridade das mudanças e sua imprevisibilidade, movidas por fortes interesses econômicos, chocam-se com a necessidade de contar com um tempo maior para produzir controles mais eficazes. Frente a esse impasse, uma estratégia de inserção que dê maior autonomia e permita garantir os princípios éticos de desenvolvimento sustentável, passa por uma maior capacitação em três níveis:

- Dos que tomam decisões, para que possam entender o alcance e possíveis conseqüências, atuais e futuras, das ações nesta área.
- Os que tem que cumprir as ações de biossegurança, a fim de permitir maior colaboração e compreensão das conseqüências da falta de controles no setor.
- Dos técnicos e profissionais que se dedicam exclusivamente à área de biossegurança com o intuito de criar capacitação interna que permita maior autonomia de decisão e implementação de ações de controle, além de uma formação ética baseada nos preceitos aqui defendidos.

Está se chamando a atenção para o fato de que um país periférico apresenta problemas de três ordens: falta de profissionais; falta de infra-estrutura; e tendo em vista os referenciais internacionais, a dificuldade de adequação do marco legal e das diretrizes operacionais em uma área em constante transformação.

Neste sentido, nosso problema é que:

"...a difusão desigual das capacitações para produzir e utilizar a ciência condiciona profundamente a situação das nações. A busca de desenvolvimento sustentável em nações de industrialização tardia, como o Brasil, irá requerer um esforço extraordinário nesses países, com a realização de dois processos simultâneos de transformação histórica. Um é a superação de condições de miséria e desigualdade, o que, em grande medida, já ocorreu em nações industrializadas. O outro é o redirecionamento do processo de desenvolvimento de acordo com a nova ética da sustentabilidade" (BURSZTYN, 2001).

## Conclusão

Nesse contexto, é interessante relacionar essas teorias ambientais com bioética. A interação dessas duas novas áreas é fundamental na construção de uma nova perspectiva social. A prática mostra que a idéia de interdisciplinaridade se concretiza em decisões colegiadas, onde não deve haver predominância de saberes, e na idéia de que riscos são assumidos por toda a sociedade e sua avaliação deve estar baseada em valores morais e não apenas pelo fascínio do avanço da ciência.

Vale ressaltar, igualmente, que o esforço de redimensionamento ético das questões atinentes à contemporaneidade passa, necessariamente, por preceitos e princípios que privilegiam a colaboração entre os povos com vistas à elevação da condição humana. Isso implica na melhoria da qualidade de vida e na construção de uma relação interativa com o ambiente, não apenas buscando sua preservação, mas, principalmente, com fins a desenvolver as potencialidades virtuais.

Sabemos que é dever do Estado, e mais precisamente de cada Estado-nação particular, criar e propor à sociedade civil os mecanismos de controle que permitam garantir a observância desses preceitos e princípios. Além disso, cabe à sociedade civil organizada não apenas reivindicar, mas contribuir efetivamente para que os indivíduos incorporem mudanças de perspectivas e posturas que assegurem tanto uma melhor qualidade de vida dessa geração, quanto à possibilidade de que as gerações futuras possam desfrutar da existência com dignidade. Nesse sentido, a ciência e a tecnologia, assim como as mudanças institucionais que estas podem promover quando adequadamente orientadas, constituem poderosos instrumentos voltados a garantir a dignidade e a cidadania universal almejada para todos os seres humanos e para o ser humano na sua integralidade.

\* Conferência apresentada no VI Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso de Bioética do Mercosul (Foz do Iguaçu, 2005).

## Referências Bibliográficas

- BOFF, L. *Ecologia, mundialização e espiritualidade*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- BURSZTYN, M. (org.) *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios do novo século*. São Paulo, Cortez:18, 2001.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix: 35-6, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A teia da vida*. São Paulo, Cultrix/Amaná-Key: 235, 1998.
- DALL'AGNOL, D. *Bioética: princípios morais e aplicações*. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.
- FERRY, L. *El nuevo orden ecológico: el árbol, el animal y el hombre*. Barcelona, Tusquets, 1994.
- GOULD, SJ. *Pilares do tempo*. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.
- PELIZZOLI, ML. *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- SICSÚ, AB & MORAES, A. *O Ambiente e a tecnologia: um enfoque necessário em bioética*. In: MOLINA, A; ALBUQUERQUE, MC & PINHEIRO, JT (orgs.). *Bioética e humanização: vivências e reflexões*. Recife, EDUPE, 2003.

**Recebido em 30/09/2005**  
**Aprovado em 21/11/2005**

## BIOÉTICA DAS INTUIÇÕES PIONEIRAS – PERSPECTIVAS NASCENTES AOS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE – II

### *Bioethics of the pioneer intuition and rising perspectives connected to some challenges of contemporary*

**Leo Pessini**

Centro Universitário São Camilo, São Paulo, Brasil.

[pessini@scamilo.edu.br](mailto:pessini@scamilo.edu.br)

**Resumo:** Este artigo divide-se em duas seções. Nesta segunda seção são apresentadas e comentadas as três edições da Enciclopédia de Bioética (Encyclopedia of Bioethics), publicadas em 1978, 1995 e 2004, obra que espelha o desenvolvimento do campo da bioética. A partir da terceira edição prospectamos, juntamente com seu Editor-chefe, Stephen Post, alguns desafios da contemporaneidade e nos perguntamos sobre o futuro da bioética. Concluímos apontando que muitos dos desafios de hoje em relação ao meio ambiente e ecologia estão no coração do entendimento da bioética potteriana.

**Palavras-chave:** Bioética. Ciência. Religião. Enciclopédia.

**Abstract:** This article is divided in two sessions. In the 2nd part the reader is introduced in the referencial academic work for the field of bioethics – the Encyclopedia of Bioethics. Some discussions are made in respect to each one of the tree editions published so far (1978, 1995 e 2004), showing how the field evolved since the first edition of 1978. A special look is done on the 3rd edition, with the Editor-in Chief, Stephen Post, on the challenges for bioethics in the contemporary world. We conclude pointing out that the todady's challenges in relation to environment and ecology is in the heart of the potterian understanding of bioethics.

**Key words:** Bioethics. Science. Religion. Encyclopedia.

Em busca da compreensão das raízes históricas, bem como de um conceito fundamental para a bioética, é imperioso que consultemos a referência primordial, ou seja, a Enciclopédia de Bioética (*Encyclopedia of Bioethics*).

Desde o surgimento do neologismo *bioethics*, com Potter, em 1971, esta obra mereceu três edições nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), completamente revistas e atualizadas, em momentos distintos de evolução histórica da bioética: a primeira edição em 1978, a segunda em 1995 e a terceira em 2004. As duas primeiras edições tiveram como editor chefe Warren Thomas Reich, da Georgetown University, sendo que na terceira, o editor chefe é Stephen G. Post, da Case Western Reserve University. Neste artigo são apresentadas as definições de bioética nas três diferentes edições desta obra referencial. O que apresentamos a seguir, na sua substância, encontra-se em grande parte no prefácio e introdução da segunda e terceira edições da Enciclopédia.

## **A Enciclopédia de Bioética (EB)**

A partir de comentários de especialistas na área, Reich resume da seguinte forma o significado da Enciclopédia ao longo dos últimos 25 anos:

“...a primeira edição da EB teve um papel importantíssimo no estabelecimento do novo campo da bioética, formulou a mais ampla definição de bioética que foi aceita, definiu o objetivo do novo campo, apresentou a primeira organização de conhecimento e articulou modelos de ensino da bioética” (REICH, 1978).

Daniel Callahan, no final dos anos 1980, quando Reich iniciava o processo de criação da segunda edição da EB, comentou que além de ser uma ferramenta constante de uso como referência “a EB serviu como um importante documento central, provendo unidade, coerência e direção para o campo. Ninguém poderia ter isto junto a partir de uma simples consulta de livros e artigos que definem a maioria dos campos” (REICH, Op. cit.).

Reich considera que a primeira edição da EB cumpriu a grande função de desenhar o campo, enquanto a segunda edição começou a refletir o campo, ao mesmo tempo em que continua a função de desenhá-lo. É essencial que nenhuma destas funções contrastantes seja abandonada. À medida que o tempo passa, haverá sempre mais e mais pressão para que a EB simplesmente reflita e acuradamente resuma os desenvolvimentos em curso do campo da bioética, mas a responsabilidade pelo campo exige que a EB continue criativamente também a desenhá-lo.



## Como Foi Concebida a Enciclopédia?

Conforme Reich, foi o conceito "enciclopédia" que capturou a busca, composto por duas palavras gregas, *Enkuklios paidéia*. Tomou-se a palavra *paidéia*, que significa a educação formal do jovem nas artes e ciências, como um indicador da responsabilidade em criar uma coletânea abrangente do conhecimento, geral e específico, necessário à bioética, como um campo de aprendizagem e uma área de ação responsável nos níveis individual, social, político e profissional.

O termo *enkuklios* (enciclo), ou cíclico, significa "círculo de aprendizagem", no sentido de que devemos organizar a informação de tal maneira que uma pessoa não iniciada pode mover-se facilmente de um conjunto de informações para outro, deslocando-se em círculo, de artigo para artigo, buscando o conhecimento mais completo sobre um determinado tópico. O tamanho do círculo é determinado pelo interesse do pesquisador (REICH, Op. cit.).

A segunda edição é na verdade uma nova obra, incorretamente denominada de "edição revisada", representando um grande avanço em relação à versão original, segundo seu editor chefe. Foi um trabalho mais difícil que a primeira edição, em parte porque o campo da bioética mudou muito nos anos que vão desde os trabalhos preliminares da primeira edição, no início dos anos 1970, até o processo de elaboração da segunda edição, no início dos anos 1990. Ocorreram mudanças dramáticas no campo da bioética, não somente por causa dos avanços científicos, médicos e na dimensão legal, mas também a própria ética evoluiria muito nos anos subseqüentes à edição original da EB.

Para se ter uma idéia do trabalho desenvolvido na segunda edição vejamos, o que diz seu editor:

"Enquanto a primeira edição de 1978 tinha 315 artigos de 285 colaboradores em quatro volumes, a segunda edição, em 1995, expandiu para 464 artigos de 435 autores em cinco volumes. Somente alguns artigos clássicos da primeira. edição, elaborados por luminares intelectuais tais como Talcott Parson, Pedro Laín Entralgo (Espanha), Jay Katz e Joseph Kitagawa, foram transportados para a segunda edição da EB. Não tenho dúvida que a segunda. edição colocou a EB num novo e mais alto patamar, marcando um posição muito mais forte para o campo" (REICH, Op. cit.)

## Contexto do nascimento da bioética na perspectiva dos autores da Enciclopédia

Importante registrar o que foi dito em relação às origens da bioética. A palavra *bioethics* foi cunhada no início dos anos 1970 por biólogos com o objetivo de encorajar a reflexão pública e profissional em duas questões de urgência: 1) a responsabilidade em manter a ecologia generativa do planeta, da qual depende a vida e a vida humana; 2) as futuras implicações dos rápidos avanços nas ciências da vida em relação a potenciais modificações de uma natureza humana maleável.

Em seu livro pioneiro, intitulado *Bioethics: bridge to the future*, publicado em 1971, Van Rensselaer Potter percorreu sobre a biologia evolutiva, uma habilidade humana crescente de alterar a natureza e a natureza humana, bem como sobre as implicações de seu poder para o futuro global. Outros cientistas da vida naquele momento, tais como Bentley Glass, Paul Bert e Paul Ehrlich estavam entre os muitos interessados em refletir sobre a revolução biológica em relação à eugenia, à engenharia de novas formas de vida e ética da população. A bioética surge a partir de preocupações dos biólogos que se sentiram obrigados a refletir sobre o significado moral da biosfera e sobre as implicações fantásticas de suas descobertas e inovações tecnológicas.

Lado a lado a essa vertente que cunhou o silogismo *bioethics* e desenhou os estudos nesse campo a partir da discussão entre os cientistas da vida, emergiu o campo da ética médica, que era velho e novo ao mesmo tempo. Era velho no sentido de que os médicos desde sempre refletiram sobre os seus deveres profissionais com seus pares. E era novo, já que esta reflexão estava ocorrendo num diálogo aberto, com teólogos e filósofos, e muito atento com a preocupação pública, que relacionava os direitos civis e o declínio do valor atribuído à autoridade.

Essa discussão emergente, rapidamente envolveu todas as profissões da saúde. Os médicos ao abordar ética médica estavam conversando com a sabedoria acumulada de ética médica dos católicos, judeus e protestantes, bem como com filósofos da moral. Muitos filósofos, neste momento inicial, engajaram-se num diálogo mutuamente frutuoso e enriquecedor com pensadores religiosos. Tal diálogo não somente contribuiu para a vitalidade do campo, mas também refletiu a dinâmica de uma democracia liberal no início dos anos 1970, em que os cidadãos de todos os backgrounds e linhas de pensamento foram motivados para as questões morais importantes relacionadas com os cuidados da saúde, medicina, pesquisa e relação profissional-paciente.

A bioética, definida pela tradição da Enciclopédia, desenvolveu-se a partir

destas duas linhas centrais de questões, trazidas pelos cientistas da vida e as novas questões éticas emergentes a partir dos avanços da medicina. Neste sentido, a obra integra os aspectos relacionados aos cuidados de saúde e à ética médica, sem perder de vista o contexto maior apresentado pelos cientistas da vida no início dos anos 1970, com inquietações ligadas ao ambiente e saúde pública.

## As Edições de 1978, 1995 e 2004

### A primeira edição - 1978

Em 1978, quando surgiu a primeira edição da Enciclopédia, a Bioética era ainda nova e relativamente indefinida. Nesta primeira edição, a bioética é entendida como sendo:

“O estudo sistemático da conduta humana no âmbito das ciências da vida e da saúde, enquanto essa conduta é examinada à luz de valores e princípios morais (...). A bioética abarca a ética médica, porém não se limita a ela. A ética médica, em seu sentido tradicional, trata dos problemas relacionados com valores, que surgem da relação médico-paciente. A bioética constitui um conceito mais amplo, com quatro aspectos importantes:

- Engloba os problemas relacionados aos valores que surgem em todas as profissões de saúde, inclusive nas profissões afins e aqueles vinculados à saúde mental;
- Aplica-se às pesquisas biomédicas e comportamentais, independente de influírem ou não de forma direta na terapêutica;
- Aborda uma ampla gama de questões sociais, relacionadas com a saúde ocupacional e internacional e com a ética do controle de natalidade, entre outras;
- Vai além da vida e saúde humanas, enquanto compreende questões relacionadas à vida dos animais e das plantas, por exemplo no que concerne às pesquisas em animais e demandas ambientais conflitivas” (REICH, Op. cit.).

Esta edição foi considerada como livro de referência do ano nos EUA em 1979 pela Associação Americana de Bibliotecas. Callahan em sua revisão crítica a denominou como sendo “uma suma de ética médica” e a Hastings Center Report como sendo “uma conquista incrível”. No decurso dos anos 1980, com o surgimento de inúmeros programas em bioética e de humanidades médicas, a inserção da bioética nos currículos formativos de escolas

profissionais, de graduação e pós-graduação, bem como o surgimento de sociedades acadêmicas, a EB tornou-se uma obra fundamental para referência e consulta, contribuindo muito para a vitalidade intelectual no campo.

Embora para quem esteja interessado na história da bioética seja sempre fascinante e importante ler esta primeira edição, o avanço das questões nas áreas tecnológica e ética, no final dos anos 1980, implicou na necessidade de revisar a obra. Como obra de referência, que trata da interface da biologia, tecnologia, cuidados em saúde e ética, torna-se rapidamente defasada devido aos rápidos desenvolvimentos e mudanças nos sistemas de saúde em todo mundo e ao surgimento de novas e importantes vozes na cena social. Embora em certos aspectos o movimento da bioética moderna tenha se iniciado nos EUA, ele já havia se enraizado em muitos países do mundo durante dos anos 1980, o que está refletido na segunda edição em 1995.

### **A segunda edição – 1995**

A edição de 1995, com cinco volume, começou a ser planejada em 1990 e continuou sob a responsabilidade do mesmo editor da obra original. Foi realizado um extraordinário trabalho de inclusão da história da ética médica, do movimento moderno da bioética, de pensadores europeus, de ética religiosa e da filosofia moral, além das questões clínicas. Como é compreendido este novo campo do saber humano - a bioética - nesta segunda edição da Enciclopédia? Assim define Reich:

“Bioética é um neologismo derivado das palavras gregas *bios* (vida) e *ethike* (ética). Pode-se defini-la como sendo o estudo sistemático das dimensões morais – incluindo visão, decisão, conduta e normas morais – das ciências da vida e da saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas num contexto interdisciplinar” (REICH, 1995).

Nesta edição não se usa a expressão “princípios”. Reich explica que na primeira edição o termo foi utilizado no sentido de fonte, porque se tinha como objetivo uma definição que permitisse o campo da bioética aberto a qualquer metodologia. Especificamente se fazia necessária uma definição que encorajasse o uso das fontes da metaética e do conhecimento moral normativo, que não eram de uso corrente nos anos 1970, quando o modelo deontológico/teleológico da ética *rule-based*, fundamentado em preceitos e regras, era bem mais popular. Assim, a palavra “valores” foi incluída na primeira definição para acentuar essa abertura a todas as fontes do

conhecimento moral. Porém, logo após a primeira edição da EB, um sentido reducionista de "princípios" começou a ser dominante, isto é, uma definição concisa de uma regra ou norma de comportamento, como um guia de ação. Conseqüentemente, para fugir deste reducionismo a definição da segunda edição não utiliza o termo princípios e fala de "uma variedade de metodologias éticas num contexto multidisciplinar" (REICH, Op. cit).

As dimensões morais examinadas pela bioética estão constantemente evoluindo, mas tendem a focar as questões maiores, tais como: Qual é, ou deve ser, a visão moral de pessoa ou de sociedade? Que tipo de pessoa devemos ser, ou que tipo de sociedade necessitamos construir? O que deve ser feito em situações específicas? Como vivermos harmoniosamente?

Tentando responder a tais questionamentos, na segunda edição foram incluídas inúmeras questões novas, entre elas, apontamos como de maior relevância: relação profissional-paciente; bioética e ciências sociais; cuidados em saúde; fertilidade e reprodução humana; pesquisa biomédica e comportamental; história da ética médica, saúde mental e questões comportamentais; sexualidade e gênero; sobre a morte e o morrer; genética e ética da população; doação e transplante de órgãos; bem-estar e tratamento dos animais; meio ambiente; códigos; juramentos; e outras inúmeras diretrizes éticas de organismos nacionais e internacionais.

### **A terceira edição – 2004**

Após uma trajetória de pouco mais de três décadas, a bioética angariou reconhecimento na área científica e pública. Com o passar dos anos 1990, a Enciclopédia novamente precisou passar por uma completa revisão e atualização. Reich, profundamente envolvido num novo projeto sobre a história do cuidado, decide não participar no processo de preparação da terceira edição. Indica para ser editor chefe desta nova versão, seu assistente Stephen Garrard Post, ligado ao Departamento de Bioética da Faculdade de Medicina da Case Western Reserve University (POST, 2005).

Segundo Post, a definição de bioética de 1995, como sendo o exame moral interdisciplinar e ético das dimensões da conduta humana nas áreas das ciências da vida e da saúde, dá forma à terceira edição, continuando a ampliar os tópicos da edição de 1995. Nesta mais recente versão da Enciclopédia existem 110 novos verbetes e aproximadamente o mesmo número de novos artigos que aparecem sob os títulos antigos. Portanto, metade da terceira edição é completamente nova, enquanto que a outra metade consiste de artigos revistos e atualizados da edição anterior, pelo próprio autor na maioria das vezes, quando isto foi possível.

## Novos Tempos - Questões Emergentes São Enfatizadas

Na terceira edição é incluída uma ampla gama de novos assuntos que vão desde o bioterrorismo, holocausto, imigração, questões éticas de saúde humana, nutrição e hidratação artificiais, até questões éticas relacionadas ao diagnóstico e tratamento em oncologia, demência, diálise renal e ordens para não reanimar. Além disso, é apresentada uma série de artigos sobre clonagem e pediatria. Questões tais como reprodução e fertilidade, transplantes de órgãos e tecidos, sobre a morte e o morrer, teoria ética, bioética e políticas públicas (legislação), saúde mental, genética, religião e ética, foram completamente revistas.

Além destas, uma área nova de reflexão, extremamente delicada e sensível na contemporaneidade, é a questão da ética dos negócios na área dos cuidados da saúde, que mereceu vários verbetes. Dentre eles elencamos: seguros de saúde, conflitos de interesse, políticas públicas de saúde nos EUA, ética nos serviços de administração da saúde, ética organizacional nos cuidados da saúde, lucro e comercialização, entre outros. A abordagem destas questões na EB cresceu a partir da preocupação que surgiu nos anos 1990, diante das transformações da área dos cuidados de saúde em um negócio, visando basicamente o lucro econômico.

Quando se fala de conflitos de interesse, é bom lembrar que, especialmente nos centros da academia médica das maiores universidades, de forma crescente, os próprios bioeticistas aceitaram recompensas financeiras lucrativas de companhias farmacêuticas e de empresas de biotecnologias. Embora isto não signifique que alguns bioeticistas não sejam mais livres para pensar determinadas questões éticas, significa, outrossim, que eles estão sujeitos à várias pressões e devem ser totalmente transparentes de qualquer interesse financeiro que possa estar influenciando suas opiniões. Reich enfatiza que, "de todos os campos, a bioética deve manter-se longe de qualquer mancha por conflito de interesse, uma vez que sua credibilidade pública está sempre em risco" (REICH, Op. cit.).

Uma outra área que também mereceu um cuidado especial e que nesta última edição ganha uma amplitude maior, são os artigos de fundo sobre teoria ética, bem como novos textos que lidam com as abordagens éticas religiosas. No âmbito da teoria ética destacamos, entre outros: direito de consciência, contratualismo e bioética, comitês de ética, consultoria ética, dignidade humana, direitos humanos, *status* moral, principialismo, utilitarismo e bioética, valores e cuidados de saúde. No âmbito das abordagens

éticas religiosas foram acrescentadas reflexões sobre: autoridade nas tradições religiosas, bioética no cristianismo, aspectos religiosos da circuncisão, amor compassivo, Testemunhas de Jeová e a recusa à transfusão de sangue, bioética e os Mórmons.

Além destes artigos de fundo sobre teoria ética, bioética e religiões, acrescentam-se verbetes sobre antropologia e bioética. Em termos de América Latina, nesta última edição, sob o verbete, História da Ética Médica nas Américas, José Alberto Mainetti, da Argentina, fala do movimento da bioética no continente, sublinhando suas questões maiores: reprodução, a morte e o morrer, ética da pesquisa, ética da saúde e meio ambiente. Enfatiza que uma macro-ética da saúde ou saúde pública está sendo proposta como alternativa à tradição anglo-americana de micro-ética e de ética clínica. Maior ênfase deve ser colocada na importância da medicina social, na questão da justiça e equidade na alocação de recursos, bem como no acesso aos serviços de saúde. Mainetti lembra que dois congressos mundiais de bioética foram realizados na América Latina, um em Buenos Aires em 1994 e o outro em Brasília, em 2002, o qual teve como tema: Bioética, poder e injustiça. Na visão de Mainetti, a América Latina não perdeu a esperança de ser o continente da justiça e por isso: “a revolução bioética sumarizada num bios de alta-tecnologia e por um *ethos* individualista, deve ser complementado na América Latina por um bios humanista e um *ethos* comunitário”. Duas questões instigantes são levantadas pelo editor, o pluralismo e o discurso público e o pós-humanismo.

## O Pluralismo e Discurso Público

A tradição da Enciclopédia apresenta uma contribuição instrutiva para o futuro da bioética na academia, uma vez que inclui uma ampla variedade de vozes que abordam as questões de bioética, consistentes com a diversidade e pluralismo típico das democracias liberais. Para que a área acadêmica da bioética permaneça relevante e criativa, é sábio incluir representantes de todo este espectro de posicionamentos.

Como Alasdair MacIntyre afirmou, cada sistema de filosofia ou ética religiosa tem suas próprias verdades fundacionais a respeito do que constitui a natureza humana e o bem humano, seus contextos históricos e questões únicas, bem como seus limites conceituais inerentes. A bioética é conseqüentemente aprimorada pelo diálogo com as diferentes tradições de pensamento, sejam elas de vertente secular ou religiosa, refletindo a diversidade da esfera pública. Tal diálogo exige um conjunto de virtudes em relação ao

discurso global, como o respeito mútuo, a tolerância, civilidade e abertura para mudar a partir da clarificação dos fatos empíricos e da persuasão dos outros. O monismo, ou seja, a visão de que somente uma voz é válida - seja secular ou religiosa – elimina o diálogo, inibe a participação plena e compromete o avanço conceitual. Na visão de seu mais recente editor, a EB é:

"...uma obra única porque sempre incluiu muitas vozes e tradições num esforço para incentivar o diálogo, evitar o estreitamento do campo e engajar uma ampla leitura internacional. Esta edição, como as anteriores, contempla abordagens inter-culturais, a história completa da bioética, ética religiosa comparativa e filosófica bem como as perspectivas globais. Os artigos sobre a história da ética médica são exemplos do esforço para destacar o grau em que nossas teorias contemporâneas de ética e bioética evoluem a partir de um determinado contexto social, cultural-religioso e histórico. Contudo, os artigos históricos sobre a 'época contemporânea', nos dão importantes informações sobre o desenvolvimento de questões tais como ética na China, o suicídio assistido na Holanda e a legislação sobre a morte cerebral no Japão" (POST, Op. cit).

## O Pós-humanismo e o Anti Pós-humanismo

Importante destacar novos artigos que refletem sobre o transumanismo e pós-humanismo, cibernética, clonagem, dignidade humana, embrião e feto, pesquisa com células tronco-embrionárias, tecnologia médica e melhoramento humano, nanotecnologia, o envelhecer e o idoso, intervenções anti-envelhecimento e questões ético-sociais. Coletivamente esses artigos acentuam a questão do que significa ser humano. O pós-humanismo, diz o editor da Enciclopédia:

"...é um puro cientificismo que propõe alterações fundamentais na natureza humana, superando os limites biológicos e transcendendo o humano pela tecnologia. O pós-humanista tem como objetivo desacelerar ou até mesmo parar o processo de envelhecimento, mas somente como uma pequena parte de uma visão maior de re-engenheirar a natureza humana, e portanto criar biológica e tecnologicamente seres humanos superiores, que nós seres humanos de hoje desenharemos para o amanhã. Como tal, os pós-humanos, não serão mais humanos" (POST, Op. cit.).



Esta questão do pós-humanismo ou do transumanismo vem sendo explorada na atualidade por Francis Fukuyama, que gerou polêmica mundial com a sua obra *O fim da história e o último homem*. Uma de suas mais recentes publicações é justamente sobre esta temática, *Nosso futuro pós-humano: conseqüências da revolução da biotecnologia*. Fukuyama fala dos transumanistas, que pretendem nada menos do que libertar a raça humana de seus limites biológicos:

“Para os transumanistas, os seres humanos precisam assumir o controle de seu destino biológico, desvinculá-lo do cego processo evolutivo de variação aleatória e adaptação, e assim inaugurar uma nova era como espécie. (...) Todavia, o princípio básico do transumanismo – o de que um dia usaremos a biotecnologia para nos tornar mais fortes, mais inteligentes, menos violentos, assim como para ampliar nossa vida – será de fato tão bizarro? Uma espécie de transumanismo já está implícita em grande parte do programa de pesquisas da biomedicina contemporânea. Novos procedimentos e tecnologias que estão surgindo em laboratórios de pesquisa e hospitais – como medicamentos que alteram o humor, substâncias que aumentam a massa muscular ou apagam seletivamente as memórias, exames genéticos pré-natais, terapia genética – podem ser facilmente empregados tanto para aperfeiçoar a espécie como para aliviar ou curar doenças” (FUKUYAMA, 2005).

A genética, a nanotecnologia, a clonagem, a cibernética e as tecnologias de computador são parte de uma visão pós-humana, que inclui até a idéia de formar uma mente computadorizada, livre da carne mortal e, portanto, imortalizada. Os pós-humanistas não acreditam que a biologia seja um destino, mas antes algo que deve ser superado, porque segundo eles, não existe “lei natural”, mas somente maleabilidade humana e liberdade morfológica. Enfim, a ciência está avançando tão rapidamente, que necessitamos de sérias discussões para distinguir entre as transformações que são salutares e as que são destrutivas.

Para uma mente pós-humanista a natureza humana, tal como a conhecemos, é um mero obstáculo a ser superado. Para alguns, a ambição dos pós-humanistas em criar um novo pós-humano, que não é mais humano, é uma atitude arrogante, pretenciosa e que desconsidera a apreciação pela dignidade humana natural. Para outros, todos estes esforços são vistos como potencial para um progresso no desenvolvimento destas forças tecnológicas:

"A nossa época está começando a considerar seriamente possibilidades de "trans-humano" através de melhoramentos biotecnológicos das capacidades humanas biológicas tais como, tempo de vida, tipo de personalidade e inteligência. Qual era o status da generatividade altruística que Erik Erikson associou com a velhice a medida que os seres humanos aventureiramente envidam esforços para alterar o tempo de vida? Será a compaixão deixada de lado em favor da busca biotecnológica de músculos mais fortes, maior longevidade, disposições de felicidade e beleza permanentes? Ou, seriam o cuidado e a compaixão que estão em nós, 'o último aperfeiçoamento humano'? Os leitores da Enciclopédia são encorajados a refletir sobre tais questões e tirar suas próprias conclusões" (POST, Op.cit.).

Vale destacar o que é dito por Post no final da introdução da obra, a respeito do discurso civil e da humanidade:

"Por causa das questões que a bioética lida serem profundamente relevantes para o futuro da natureza, natureza humana, e para a área da saúde, elas são freqüentemente contenciosas. Contudo, na dialética entre objetivismo moral e relativismo moral, enquanto muitas destas questões permitem uma resolução plausível, existem outras para as quais não emerge nenhuma resolução. Tolerância, civilidade, respeito e a vontade sincera de engajamento sério com a visão dos outros que tem diferentes tradições, sejam estas seculares ou religiosas, são virtudes e hábitos mentais, necessários. A bioética é inevitavelmente sujeita às críticas daqueles que acreditam que as respostas para inúmeras questões novas trazidas pelas revoluções biológica e dos cuidados de saúde são imediatas e simplesmente fáceis. Mas afinal, o que é um bom profissional da ética, seja este secular ou religioso, senão aquela pessoa que levanta uma nova questão que ninguém tinha antes formulado e que propicia um debate aprofundado como uma alternativa à superficialidade?" (POST, Op.cit.).

## Conclusão

Como apresentado na primeira seção deste artigo, nas origens da bioética temos o encontro da intuição original de Potter com a obra referencial do campo que é a Enciclopédia de Bioética. Curiosamente no curso histórico das origens, a perspectiva de Bioética de Georgetown, - bioética médica e

clínica - que vai produzir a Enciclopédia de Bioética, praticamente ignorou Potter na sua perspectiva da ética global e da sustentabilidade ecológica para garantir o futuro da vida no planeta Terra. Este encontro contribuiu para o desenvolvimento da reflexão bioética dos últimos anos, na compreensão que temos hoje de bioética.

A reflexão potteriana se antecipa a toda a problemática ecológica de hoje, e tem muita sintonia com a causa ecológica das Nações Unidas e de ilustres ativistas na área, entre outros, Mikahil Gorbachev, que identifica três grandes desafios a serem enfrentados em nosso tempo. O primeiro trata-se da necessidade de manter a paz no mundo; a comunidade internacional tem de estar unida também na luta contra o terrorismo que não pode ser justificado por nenhuma consideração política ou moral. O segundo desafio é a luta contra a pobreza no mundo; como pode o "milhão dourado" de pessoas abafejadas pela sorte permanecer indiferente diante do espetáculo da miséria em que se debate a metade da população do planeta, reduzida a viver com um ou dois dólares por dia, passando fome todos os dias, sem acesso à água potável e sem condições decentes de higiene? O terceiro desafio identificado está ligado ao meio ambiente; entramos em sério conflito com o nosso próprio *habitat* – com a mãe natureza. Esses três desafios são interdependentes. Sem combater a pobreza serão inúteis também todas as medidas ecológicas. Mas se não nos preocuparmos com a ecologia, todos esforços para construir um mundo mais justo estarão fadados ao fracasso e nossos descendentes terão que pagar pelo nosso comportamento insensato e depredador da natureza. A própria vida na Terra corre o risco de desaparecer, tornando-se somente um episódio efêmero na história do universo.

Os três desafios propostos não dizem respeito somente aos governos e às organizações internacionais, mas a cada um de nós. Chegou a hora de todo cidadão do planeta pensar na contribuição pessoal que pode dar para essa tarefa comum:

"Somos responsáveis, diante das gerações futuras, pela conservação da vida na Terra. (...) Hoje, a humanidade precisa de uma nova filosofia de vida, de uma nova ética que cristalizará os valores fundamentais, comuns a todas as tradições religiosas, uma ética baseada no consenso entre as nações e os povos do mundo" (GORBACHEV, 2003).

Gorbachev nomeia este projeto como sendo um processo de elaboração de uma ética global e conclui dizendo: "a exemplo do grande escritor

americano William Faulkner, eu me recuso a aceitar a possibilidade do fim da humanidade, quaisquer que sejam as provas que tenha que enfrentar. Este é o meu credo de um incorrigível otimista" (GORBACHEV, Op. cit). Lembrando a Carta Terra, da qual foi um dos principais líderes em todo o processo, ele almeja que nosso tempo seja lembrado "pelo despertar de uma nova reverência diante da vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça, pela paz e pela alegre celebração da vida" (GORBACHEV, Op. cit).

Neste momento em que a UNESCO acaba de aprovar a Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos deve-se considerar que promover o respeito à biodiversidade e desenvolver a responsabilidade para com a biosfera passam, definitivamente, a fazer parte da agenda da bioética. A proteção da biodiversidade e da biosfera em que o ser humano vive, está entre os princípios fundamentais a serem discutidos pela bioética.

Finalizamos com um conceito de bioética apresentado pela Carta de Buenos Aires, elaborada por um grupo de especialistas latino-americanos da área, em novembro de 2004:

"Convencidos de que a bioética não se ocupa somente dos problemas éticos originados do desenvolvimento científico e tecnológico, mas também das condições que tornam o meio ambiente humano ecologicamente equilibrado na biodiversidade natural... e de todos os problemas éticos relacionados ao cuidado da vida e da saúde... (a bioética) tem como pressuposto básico o conceito de saúde integral entendido na perspectiva biológica, psicológica, social e ambiental, como o desenvolvimento das capacidades humanas essenciais que viabilizem uma vida longa, saudável e alcançável por todos, o quanto seja possível" (CARTA DE BUENOS AIRES, 2004).

Levando em consideração perspectivas novas dos últimos Congressos Mundiais, vemos que a bioética vai avançando globalmente (geograficamente) ampliando sua compreensão epistemológica, bem como sua abrangência temática, enfrentando os desafios emergentes e sinalizando prioridades a seguir. Todo o processo dos seis congressos mundiais realizados num curto espaço de tempo, apenas doze anos, no final e início de milênio, que precisa ser visto, analisado, em conjunto. Não é saudável tomar apenas um evento de forma isolada, se quisermos entender de onde viemos e para onde estamos caminhando.

Potter lá nas origens da bioética, na década de 1970, se antecipa e aponta para um dos maiores desafios que a humanidade tem neste início de milênio: garantir o futuro da vida no planeta Terra. Resgatarmos sua contribuição intelectual para o campo da bioética é uma questão de justiça histórica. Foi a tentativa deste texto. É sempre saudável voltarmos às origens e como diz T. S. Eliot:

"Não cessaremos de explorar,  
e no final de toda nossa busca  
chegaremos onde começamos  
e conheceremos o lugar pela primeira vez!"

## Referências Bibliográficas

- CARTA DE BUENOS AIRES. *Revista Brasileira de Bioética* 1 (3): 317, 2005.
- FUKUYAMA, F. *Nosso futuro pós-humano: conseqüências da revolução da biotecnologia*. Rio de Janeiro, Rocco, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ameaça à condição humana: não usar a biotecnologia para brincar de Deus. *Veja*, ano 38, n. 1, 5 janeiro de 2005: 80.
- GORBACHEV, M. *Meu manifesto pela Terra*. São Paulo, Planeta, 2003.
- POST, SG (Editor-in-Chief). *Encyclopedia of bioethics*. Macmillan, Dalle. 3rd ed; 2004.
- POTTER, VR. *Bioethics: the bridge to the future*. New Jersey, Prentice-Hall, Inc, Englewood Cliffs, 1971.
- REICH, WT. Shaping and mirroring the field: the encyclopedia of bioethics. In: Walter JK & Klein EP. (Eds). *The story of bioethics: from seminal works to contemporary explorations*, Washington, Georgetown University Press, 2003.
- REICH, WT (Editor-in-Chief). *Encyclopedia of bioethics*. Nova York, Macmillan, 1978.
- REICH, WT (Editor-in-Chief). *Encyclopedia of bioethics*. Nova York, Macmillan, 1995.

**Recebido em 22/07/2005**  
**Aprovado em 18/10/2005**

Retificação: na edição passada o título da primeira parte desse artigo deve ser lido como: "Bioética das intuições pioneiras - perspectivas nascentes aos desafios da contemporaneidade".

## Resenha de livros

Esta seção destina-se à apresentação de resenhas de livros de interesse para a bioética

### **A formação ética dos médicos – saindo da adolescência com a vida (dos outros) nas mãos**

**REGO, Sérgio.**

Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, 183p.

ISBN:85-7541-021-0

O autor é médico, pesquisador e professor de bioética e de desenvolvimento de recursos humanos em saúde nos cursos de pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. É editor da Revista Brasileira de Educação Médica.

O livro é o resultado de tese de doutorado, que o autor defendeu no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ. Trata-se de um estudo relevante acerca do saber ser no campo da saúde que, numa linguagem acessível e cativante, conduz o leitor a uma viagem prazerosa, cujo cenário vislumbra a investigação racional sobre a convivência entre profissional e paciente; educador e educando.

É uma reflexão que contempla o quadrilátero (ensino, gestão, serviço e controle social) do Sistema Único de Saúde (SUS) de modo adequado, utilizando uma pedagogia cuja explicitação apesar de simples e curta, engloba os paradigmas principialista, casuísta e intervencionista da bioética, sem provocar letargia no leitor. Pelo contrário, instiga a construção de uma crítica sem ranço, bem intencionada, atraente e capaz de levantar a auto-estima e emulação de professores e acadêmicos da saúde, sobremaneira os de medicina. É um discurso racional, prudente, direto com valorização do pensar e do sentir sempre em favor da ética que supervisiona, que denuncia. Uma ética corajosa que pode ser traduzida nas palavras do autor:

“Não tenho a menor dúvida em afirmar que a maioria das faculdades de medicina, tal como são organizadas e buscam cumprir a função primordial que justifica a sua existência – preparar jovens para o exercício da profissão médica - , é incompetente”.

Com prefácio do pesquisador Fermin Roland Schramm, uma apresentação apreciável e sete capítulos que contam desde o princípio da história da medicina no país, a formação e valorização de seus profissionais, o ensino da ética, indo até situações atuais eticamente conflituosas no campo da saúde; a obra refere-se de modo descomplicado e atrativo – e nisso reside a importância desse escrito – a teorias sobre o desenvolvimento humano, valoriza a mobilização, a reflexão e a ação, e oferece bases sólidas para a construção do desenvolvimento humanitário, solidário e ético.

O referencial teórico, embora de nível elevado, não subestima em nenhum momento a relevância do senso comum. E ao avaliar alguns modelos de educação médica existentes no Brasil, corajosamente sugere uma ruptura responsável que permita abertura de caminhos condutores a uma intervenção transformadora em favor da medicina, de seus profissionais e da humanidade.

O livro é de interesse a diversas áreas do conhecimento, portanto a sua leitura é recomendada a professores e alunos de cursos da saúde – especialmente de medicina - e da educação. Ou como diz a professora Clary Sapiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), ao reportar-se à obra de Sérgio Rego:

“... busca uma investigação interdisciplinar na qual o exercício de uma profissão deve implicar o exercício da competência de avaliação sociomoral para situações de ordem ética que fazem parte de seu cotidiano. Para que esse exercício seja de fato consciente, deve ser construído durante o aprendizado formal, seguindo a possível e necessária transversalização da educação moral e ética em todos os níveis de educação formal”.

### **Inácio Andrade Torres**

Universidade Federal de Campina Grande, Campo Grande, Paraíba, Brasil.

[inaciotorres@hs24.com.br](mailto:inaciotorres@hs24.com.br)

## Atualização científica

Esta seção destina-se à apresentação de resumos e comentários de artigos científicos recentes.

**MYIATA H; TAKAHASHI M; SAITO T; TACHIMORI H & KAI I. Disclosure preferences regarding cancer diagnosis and prognosis: to tell or not to tell?**  
*Journal of Medical Ethics* 2005;31(8):447-51.

Neste estudo, publicado na seção "Ética Médica Global" do *Journal of Medical Ethics*, um grupo de pesquisadores procurou esclarecer o que deve ser feito pelos médicos frente ao diagnóstico de câncer de seu paciente. Como esse diagnóstico tem grande impacto sobre as pessoas envolvidas - o próprio paciente, seus familiares e o médico - o estudo procurou avaliar qual é realmente o interesse dos pacientes em relação à informação sobre seu estado de saúde. Em vista de várias pesquisas terem tratado da revelação diagnóstica do câncer e poucas delas indagarem sobre o prognóstico, os autores procuraram respostas a essas duas indagações.

A pesquisa foi estruturada em forma de um questionário, enviado pelo correio para 990 pessoas da população geral, adultas, residentes em Tóquio, Japão. O trabalho foi randomizado. Foram recebidas 427 respostas. No questionário havia cinco cenários diferentes, todos referentes à pacientes com diagnóstico de câncer, porém apresentando diferentes graus de gravidade da doença. A resposta síntese do questionário era se a pessoa gostaria de ser informada de seu estado de saúde se estivesse naquela situação do cenário criado.

Dentre as várias respostas possíveis, os pesquisadores dividiram os aspectos que se referiam à revelação do diagnóstico (não quer saber; quer saber, mas de uma forma genérica, sem maiores detalhes; e quer saber sem restrições) e ao prognóstico (não quer saber; quer saber, mas de uma forma genérica, sem maiores detalhes; quer saber de uma forma genérica no início, mas com o evoluir dos cuidados quer saber sem restrições; e quer saber sem restrições desde o início). As respostas do questionário foram consolidadas e passaram por análises estatísticas que validaram os resultados.

Os dados mostraram que, no Japão, 86,1% das pessoas preferiram ser informadas do diagnóstico de câncer. A maioria também preferiu que não se falasse com detalhes sobre a possibilidade de recuperação (64,5%) e sobre o prognóstico de tempo de vida restante (64,1%). Os autores constataram que as mesmas pessoas que responderam não querer ser



informadas do diagnóstico responderam afirmativamente à seguinte questão: “Se eu estiver próximo ao fim de minha vida, quero ser informado desse fato para definir o que fazer da minha própria vida”.

Os autores sugerem no estudo que, no Japão, os médicos podem considerar, de modo geral, que seus pacientes seriam bem atendidos nos seus interesses se fossem informados, na primeira oportunidade, sobre o diagnóstico sem restrição e que recebessem alguma informação sobre o prognóstico sem maiores detalhes.

Miyata e colaboradores chamam a atenção para dois aspectos encontrados na pesquisa, que consideraram importantes. O primeiro é o fato da variação da gravidade do câncer, nos cenários apresentados, não ter mostrado diferenças significativas quanto às respostas dadas sobre o diagnóstico e o prognóstico. O outro aspecto foi que a idade, grau de escolaridade e ansiedade, não tiveram impacto nas escolhas dos respondentes. Neste caso, os achados não confirmaram pesquisas anteriores.

A pesquisa mostra que a bioética está se tornando uma preocupação em todas as culturas. No Oriente e, no caso, no Japão, a cultura difere bastante da Ocidental, ao colocar a família acima do indivíduo. O fato de um grupo importante de pesquisadores japoneses se interessar sobre o que as pessoas de seu país desejam saber, caso estejam em situação de doenças graves, faz refletir sobre as mudanças em curso no mundo e que fazem parte do campo de estudo da bioética.

No caso desta pesquisa, os autores sugerem que a autonomia deva ser pensada como foco de melhor prática médica e salvaguarda dos interesses dos pacientes. Outro aspecto salientado é que a pesquisa chegou a resultados que podem ser correlacionados aos dados de outros estudos realizados no Ocidente. Dentre estes pode ser ressaltado o estudo de grande amostragem, coordenado por Jenkins, na Comunidade Britânica, em 2001, que trata da necessidade de informações dos pacientes com câncer. Outro trabalho, realizado por Kaplowitz e colaboradores nos Estados Unidos da América, em 2002, também analisa os desejos dos pacientes com câncer de serem informados sobre seu prognóstico.

Uma pesquisa similar realizada recentemente sob a responsabilidade da Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília (UnB) no Hospital de Base do Distrito Federal, em Brasília, com médicos que tratam de pacientes com câncer, corrobora tais conclusões. O referido estudo constatou que, dos profissionais entrevistados, 97,4% têm o hábito de informar o diagnóstico aos seus pacientes, sendo que 50% se valem da

família como apoio para fazer tal revelação. Em relação ao prognóstico fatal, 63,1% comunicam-no somente à família, enquanto 31,6% preferem informar diretamente ao paciente.

**Etelvino de Souza Trindade**

Hospital de Base do Distrito Federal, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

[estrindade@brturbo.com.br](mailto:estrindade@brturbo.com.br)

## Documentos

Esta seção destina-se a apresentar documentos de interesse relevante para a bioética.

### Apresentação

Em novembro de 2004, o Ministério da Justiça e Direitos Humanos da República Argentina organizou uma reunião com pesquisadores de diversos países da América Latina para discutir a *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos* que estava em discussão internacional naquele momento. Além desses representantes, participaram do evento os drs. Michèle Jean, presidente do *International Bioethics Committee* – IBC – da UNESCO e Henk Ten Have, consultor de bioética do referido organismo.

A *Carta de Buenos Aires sobre Bioética y Derechos Humanos* foi um documento de singular importância política, elaborado paralelamente à reunião principal e que contou com a participação de 29 bioeticistas de 11 países da região. Representou a opinião latino-americana com relação à construção de modelo final da Declaração, exigindo a inclusão das pautas sanitária, social e ambiental ao lado dos temas biomédicos e biotecnológicos.

### **CARTA DE BUENOS AIRES SOBRE BIOÉTICA Y DERECHOS HUMANOS**

Buenos Aires, novembro de 2004.

Los expertos en bioética y los profesionales de la salud y las ciencias humanas y sociales, de organismos gubernamentales y no gubernamentales de Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Cuba, Chile, República Dominicana, México, Paraguay, Uruguay y Venezuela, reunidos en la Ciudad de Buenos Aires el 6 de noviembre de 2004, al término del Seminario Regional "Bioética: un desafío internacional. Hacia una Declaración Universal" convocado por el Gobierno Argentino, han resuelto pronunciarse sobre cuestiones fundamentales vinculadas a la bioética y su estrecha relación con los derechos humanos, la salud, y el contexto político, socioeconómico, y cultural, internacional y regional:

## Convencidos:

1. Que en la actual realidad internacional de la bioética se observan graves amenazas al consenso tradicional sobre las preocupaciones de la misma expresado por el *Código de Nuremberg*, la *Declaración Universal de Derechos Humanos*, la *Declaración de Ginebra*, el *Código Internacional de Ética Médica* y la *Declaración de Helsinki* de la Asociación Médica Mundial, así como por todos los documentos que con posterioridad han fortalecido y profundizado ese consenso;

2. Que esas amenazas se han vuelto realidad con la postulación de un doble estándar moral para países ricos y pobres, con el ataque a la *Declaración de Helsinki* y el abandono de la misma por algunos círculos académicos y gubernamentales, con la postulación de documentos normativos dirigidos a debilitar aquel consenso, con programas internacionales de entrenamiento en países periféricos financiados por organismos de países interesados en romper ese consenso, y con el cuestionamiento al concepto de dignidad humana que es uno de los pilares del derecho internacional de los derechos humanos que constituye a las Naciones Unidas;

3. Que un presupuesto esencial de la bioética es el respeto de la moral básica que como consenso internacional se expresa en el respeto de los valores fundamentales recogidos en los principales instrumentos del sistema universal y del sistema interamericano de derechos humanos; y que entre esos valores se destacan la vida, la dignidad, la identidad, la igualdad, la integridad, la libertad, la justicia y el bienestar de individuos, familias y comunidades;

4. Que la bioética se ocupa no sólo de los problemas éticos originados en el desarrollo científico y tecnológico; sino también de las condiciones que hacen a un medio ambiente humano ecológicamente equilibrado en la biodiversidad natural; y de todos los problemas éticos relativos a la atención y el cuidado de la vida y la salud, siendo que por ello tiene un presupuesto básico en el concepto de salud integral entendido en perspectiva biológica, psicológica, social y ambiental, como el desarrollo de las capacidades humanas esenciales que hagan viable una vida tan larga, saludable y lograda para todos como sea posible;

5. Que el desarrollo de las capacidades humanas esenciales sólo es posible cuando se satisfacen las necesidades básicas y que por ello todos los seres

humanos necesitan tener acceso al agua potable, a la alimentación, a la vivienda, al trabajo, a los medicamentos, a la educación, a la atención médica y a los servicios públicos de salud; sin cuyas garantías no es posible considerar moral a sociedad alguna;

6. Que sólo el desarrollo de las capacidades humanas esenciales hace posible que todos tengan igualdad de oportunidades para llevar a cabo sus proyectos de vida personales, familiares y colectivos, tengan oportunidad de participar en la vida ciudadana y puedan así manifestar en las diversas formas de ejercicio de la libertad su respeto por la propia dignidad, la valoración y la defensa de los derechos humanos, el sustento del bien común y la afirmación de valores éticos que los constituyen en sujetos morales;

7. Que la posibilidad de constitución de todos como sujetos morales y libres ha sido devastada en el mundo por la pobreza, la indigencia y la exclusión social, como consecuencias de la imposición a los países pobres de políticas económicas que han privilegiado el libre mercado, minimizando el rol del Estado, favoreciendo a la desocupación como variable de ajuste, y provocando la caída de la producción industrial, el endeudamiento externo, la especulación financiera y la corrupción y un profundo deterioro de la calidad de vida;

8. Que como ciudadanos, profesionales y académicos, sostenemos la necesidad de que los Estados recuperen la iniciativa en la creación de condiciones para el bienestar general y el desarrollo humano y sostenible, en tanto éste es un deber moral ineludible del sector público a través de la gestación de los programas y servicios necesarios desde una perspectiva de equidad y justicia social, protegiendo y respetando la democracia, el pluralismo y la diversidad y favoreciendo la construcción de una ciudadanía participante;

9. Que debe rechazarse como incompatible con el desarrollo humano y sostenible que alienta la bioética, toda forma de discriminación, xenofobia, o racismo, así como la guerra y otras formas de agresión, o de prácticas aberrantes que favorecen una cultura de muerte y opresión incompatibles con la paz mundial y con las libertades fundamentales;

## Preocupados:

10. Por los problemas bioéticos originados en las condiciones sociales persistentes vinculadas con la pobreza, el hambre y la desnutrición, la injusticia y la exclusión social que afectan a la mayoría de la población mundial, entre las cuales se encuentran las mayorías populares de América Latina y el Caribe, Asia y África, así como los pobres y excluidos de los países desarrollados;

11. Por las actitudes, conductas y posiciones de círculos políticos y académicos a nivel nacional e internacional, que pretenden excluir a las situaciones injustas de pobreza, indigencia y exclusión social de los contenidos de una bioética universal o que pretenden reducir esas situaciones a problemas particulares de los países pobres negando el carácter universalizable y por lo tanto ético de los reclamos de justicia ante las mismas; y asimismo por la ausencia de participación comunitaria en la resolución de los problemas que la bioética permite formular, quedando estas graves cuestiones en manos de "expertos" no siempre compenetrados con las necesidades de los sectores mayoritarios de la sociedad;

12. Por la persistencia de conductas discriminatorias, xenófobas y racistas, que agravan las consecuencias éticas de los problemas sociales atentando contra la paz y afectando seriamente al desarrollo humano; como sucede en particular con el machismo y los prejuicios de género que discriminan a la mujer, con la marginación y el no reconocimiento de los pueblos indígenas, y con los migrantes pobres y la grave situación de los refugiados;

13. Por las dificultades en el acceso a los medicamentos generadas por las patentes farmacéuticas que monopolizan el conocimiento negándolo como bien social y patrimonio de la humanidad sin tener en consideración siquiera la mortandad de poblaciones enteras víctimas de pandemias;

14. Por la distribución desigual de los resultados de la investigación biomédica y los avances de la biotecnología, que benefician solamente a una pequeña parte de la población mundial, así como por aquellas iniciativas de un doble estándar moral para países ricos y pobres que atentan contra las obligaciones de una ética de investigación adecuada y aprobada, que garantiza el acceso a los mejores métodos preventivos, diagnósticos y terapéuticos existentes.

## Proponemos:

15. Promover esta perspectiva abierta, crítica y contextualizada de la bioética, en los ámbitos académicos, cívicos y gubernamentales, donde se gesta la opinión pública o se manifiestan los criterios que luego inspiran la formulación y puesta en marcha de normas bioéticas y acciones afirmativas de derechos con estatuto legal, a nivel nacional e internacional;

16. Recomendar a los gobiernos, en especial de los países de América Latina y el Caribe, el promover que la perspectiva bioética aquí expresada sea incorporada al instrumento universal cuya preparación le ha sido encomendada a la UNESCO, y complementariamente alentar asimismo la redacción de una *Declaración Regional de Bioética y Derechos Humanos*;

17. Defender el fundamento de la bioética en los derechos humanos con el fin de desarrollar una ética respetuosa de las culturas, tolerante de las diversidades y cuidadosa de rechazar todo intento de hegemonía doctrinaria o de facto;

18. Convocar a los bioeticistas, profesionales de la salud, científicos, miembros de la comunidad universitaria, militantes de organizaciones sociales, comunicadores, legisladores y decisores políticos de América Latina y el Caribe, a participar en esta acción tendiente a encarar los problemas de la bioética, de la salud y del medio ambiente, como temas prioritarios que hacen a las condiciones básicas para el bienestar general, la plena vigencia de la justicia y los derechos humanos y la ratificación de una democracia pluralista, social y participativa.

## Nos comprometemos

19. A mantener un diálogo constante y un intercambio que estimule el compromiso responsable, la seriedad intelectual y el respeto de la pluralidad en el ámbito de la bioética como campo interdisciplinario y en el desarrollo de las acciones descritas en los párrafos precedentes, así como a difundir sus resultados;

20. Nos comprometemos también a promover alianzas estratégicas entre los Gobiernos, las Organizaciones de la Sociedad Civil y los principales actores individuales para fortalecer el pensamiento que hemos hecho público en esta Carta, y para avanzar con acciones concretas hacia la redacción de una *Declaración Regional de Bioética y Derechos Humanos*.

**FIRMAN:**

**Argentina:** Marta Bigliardi, Silvia Brussino, Patricia Digilio, Eduardo Luis Duhalde, Carlos Eroles, Luis Justo, Victoria Martínez, Rodolfo Mattarollo, María Luisa Pfeiffer, Santiago Pszemirower, Mariela Salomé, Alejandra Savoy, Eduardo Tanús, Juan Carlos Tealdi, Susana Vidal; **Bolivia:** Fernando Ávila, Javier Luna Orozco; **Brasil:** Volnei Garrafa, Fermín Roland Schramm, José Eduardo Siqueira; **Colombia:** Genoveva Keyeux; **Cuba:** Daniel Piedra-Herrera; **Chile:** Miguel Kottow; **México:** Fernando Cano Valle, José María Cantú; **Paraguay:** Marta Ascurra; **República Dominicana:** Andrés Peralta Corneille; **Uruguay:** Teresa Rotondo; **Venezuela:** Rosso Grimau.



## Teses, dissertações e monografias

Esta seção destina-se a divulgar as teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de especialização aprovadas em diferentes programas de pós-graduação em bioética no país. Os trabalhos aqui elencados foram enviados pelos coordenadores dos respectivos cursos. A RBB está aberta à divulgação de novos trabalhos.

### Monografias de Especialização - 2004

#### VI Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Bioética da UnB Universidade de Brasília, Distrito Federal.

**Coordenador:** Prof. Dr. Volnei Garrafa.

**Autores:** Maria Delzuíta Fontoura, André Paes de Almeida e Cláudia Maria da Silva Marques.

**Título:** Dilemas e conflitos bioéticos no cotidiano do trabalho do agente comunitário de saúde.

**Orientadores:** Prof. Dr. Jorge Cordón Portillo e Prof. Msc. Mauro Machado do Prado.

**Autores:** Elienai de Alencar Meneses, Márcia Ferreira B. de Souza e Regina Maura Baruzzi.

**Título:** Análise bioética do diagnóstico de morte encefálica e doação de órgãos em um hospital público do Distrito Federal.

**Orientadores:** Prof. Dr. Volnei Garrafa e Prof. MSc. Mauro Machado do Prado.

**Autores:** Ana Paula A. Menezes, Jacqueline R.A.A. Gomes e Letícia Tereza G.S. Miranda.

**Título:** Tráfico da fauna silvestre: vulnerabilidade dos animais *versus* responsabilidade social.

**Orientador:** Prof. Natan Monsores de Sá.

**Autores:** Mariely Helena Barbosa Daniel, Javier Afonso Sanmartin e Eunice Maria Pires.

**Título:** Saneamento básico e ocorrência de doenças de transmissão hídrica em população de baixa renda no Paranoá/Distrito Federal – uma análise bioética.

**Orientadores:** Prof. Msc. João Geraldo Bugarin Júnior.

### **III Curso de Especialização em Bioética da UEL**

**Universidade Estadual de Londrina, Paraná.**

**Coordenador:** Prof. Dr. José Eduardo de Siqueira.

**Autora:** Rosana Virginia Lopes Sampaio.

**Título:** Ética no aleitamento materno.

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Zuleika Thomson.

**Autor:** Sérgio Xavier de Camargo.

**Título:** A filosofia de Kant e as políticas públicas de saúde: a bioética na construção da equidade.

**Orientador:** Prof. Dr. Leonardo Prota.

**Autora:** Silvana Márcia Saris.

**Título:** A bioética e os deveres com os animais.

**Orientador:** Prof. Dr. Lourenço Zancanaro.

**Autora:** Silvia Benaduce Casella.

**Título:** Direito e moral à ótica de Jürgen Habermas em direito e democracia entre facticidade e validade.

**Orientador:** Prof. Dr. Leonardo Prota.

**Autora:** Sueli Tsuha Massaoka.

**Título:** Bioética e a odontologia no programa de saúde da família.

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Ester Massae O. D. Costa.

**Autora:** Tharcila Viana Chaves.

**Título:** Bioética como doutrina de vida bem sucedida.

**Orientador:** Prof. Dr. Lourenço Zancanaro.

### **II Curso de Especialização em Bioética da USP**

**Universidade de São Paulo, São Paulo.**

**Coordenador:** Prof. Dr. Marco Segre.

**Autor:** Luis Bernardo Froes.

**Título:** Aspectos bioéticos da pesquisa e aplicação de novas técnicas cirúrgicas de Cirurgia Plástica Estética em seres humanos.

**Autora:** Marilene Biassio de Oliveira.

**Título:** Abordagem bioética dos estudantes de enfermagem face à morte e o morrer.

**Autor:** Mario Dolnikoff.

**Título:** Encefalia - aspectos gerais e bioéticos.

**Autor:** Mario Jorge Tsuchiya.

**Título:** Início e fim da vida: uma reflexão bioética.

**Autor:** Oscar Salgado Bueno Neto.

**Título:** Vasectomia: autonomia e lei.

**Autor:** Paulo Fraga da Silva.

**Título:** Bioética e ensino de biologia – uma aproximação necessária.

**Autor:** Raul Marino Junior.

**Título:** A ética, a moral e a teologia como ciências e fundamento para uma bioética global: uma concepção para o terceiro milênio.

**Autor:** Ricardo Fernandes de Menezes.

**Título:** Laserterapia no combate a doenças crônicas: um experimento em "cobaias" humanas no município de São Paulo.

**Autora:** Rita de Cassia Gava.

**Título:** Ética no fim da vida: conflito a postura profissional.

**Autor:** Roberto Heitzmann Rodrigues Pinto.

**Título:** O ensino da bioética nas ciências de saúde.

**Autora:** Selma Mereu Torrente.

**Título:** Bioética e aborto.

**Autora:** Silmara Guerra Ferraz da Fonseca.

**Título:** O despertar da consciência ecológica em busca de um futuro sustentável.

## Normas Editoriais

Para enviar seu artigo à Revista Brasileira de Bioética - RBB siga as normas editoriais abaixo:

### Serão aceitos manuscritos originais relacionados às seguintes seções

- Artigos originais – produção resultante de pesquisa de natureza empírica, documental ou conceitual no campo da ética, ou revisão crítica relacionada a esta temática;
- Resenha de livros;
- Atualização científica - resumo e comentários de artigos científicos recentes;
- Relação de teses, dissertações e monografias.

### Requisitos para apresentação de manuscritos

- Serão publicados textos em português, espanhol e inglês;
- O texto deve ser precedido do título, em caixa alta e negrito, seguido pelo(s) nome(s) do(s) autor(es);
- Resumos: os textos deverão ser acompanhados de breve resumo (*abstract*); os artigos submetidos em português ou espanhol deverão ter resumo no idioma original e em inglês, com um máximo de 20 linhas cada um (aproximadamente 1.100 caracteres), incluindo as palavras-chave.
- Palavras-chave: mínimo de quatro e máximo de seis palavras-chave descritoras do conteúdo do trabalho, apresentadas na língua original e em inglês;
- Notas de rodapé: deverão ser apresentadas no formato de pé de página, sem ultrapassar 5 linhas, seguidas de autor e data.
- Os textos devem ser acompanhados por folha de rosto com os seguintes itens: título do texto, autor(es), com e-mail e telefones; nome da respectiva instituição por extenso. Em caso de dois autores, ambos devem cumprir tais exigências;
- Os artigos que divulgam pesquisa envolvendo seres humanos devem estar acompanhados da aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa – CEP; explicitar a qual comitê foi submetido; e anexar a cópia da aprovação da pesquisa no CEP;
- A revista não publicará gráficos, tabelas ou fotografias;
- O artigo deve ser enviado em meio eletrônico (email ou disquete, em processador de texto Word for Windows), acompanhado por três cópias em papel.
- O tamanho limite dos artigos é de 20 laudas, ou aproximadamente 450 linhas, em papel A4, letra Times New Roman, tamanho de fonte 12, espaço 1,5. As referências bibliográficas não contempladas nos exemplos abaixo deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e as regras correntes do idioma brasileiro.

## Referências bibliográficas

No corpo do texto citar unicamente o sobrenome do autor e ano de publicação entre parêntesis, (AZEVEDO, 2002) ou (PESSINI & BARCHIFONTAINE, 2000.) Em citações com mais de dois autores, deve aparecer apenas o sobrenome do primeiro, seguido da expressão *et al.*, e o ano, como (SIQUEIRA *et al.*, 2003). Todas as referências citadas no texto devem fazer parte das referências bibliográficas. Títulos de periódicos, livros, locais, editoras e instituições não devem ser abreviados. Nas referências bibliográficas, artigos com vários autores devem ser citados com todos os nomes. No caso de mais de cinco autores, citar o primeiro seguido de *et al.*

### Livro:

OLIVEIRA, M. de F. de. *Oficinas mulher negra e saúde*. Belo Horizonte, Mazza, 1998.

### Capítulo de livro:

ANJOS, M. F. dos. Bioética nas desigualdades sociais. In: GARRAFA, V. & COSTA, S. I. (Orgs.). *A Bioética do Século XXI*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 49-65, 2000.

### Artigo:

SCHRAMM, F. R. A autonomia difícil. *Bioética*. 6(1): 27-38, 1998.

ZOBOLI, E. L. C. P. & MASSAROLO, M. C. K. B. Bioética e consentimento: uma reflexão para a prática da enfermagem. *O Mundo da Saúde*, 26 (1): 65-70, 2002.

Ávila, G. N. de; Ávila G.A. de & Gauer, G.J.C. Is the unified list system for organ transplants fair? Analysis of opinions from different groups in Brazil. *Bioethics*, 17 (5-6): 425-431, 2003.

### Tese/Dissertação:

ALBUQUERQUE, M. C. *Enfoque bioético da comunicação na relação médico-paciente nas unidades de terapia intensiva pediátrica*. Tese de Doutorado em Ciências da Saúde - Área de Concentração: Bioética, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2002.

### Resumo publicado em Anais de Congresso:

CAPONI, S. *Os biopoderes e a ética na pesquisa*. VI Congresso Mundial de Bioética, Brasília: Anais, 219, 2002.

### Publicações de Governo:

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Normas para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Res. CNS nº 196/96 e outras). Brasília, Ministério da Saúde, 2002.

### **Documentos jurídicos:**

BRASIL. Lei n° 8.974, de 5 de janeiro de 1995. Regulamenta os incisos II e V do parágrafo 1° do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 6 jan., 1995.

### **Internet:**

SEGRE, M. *A propósito da utilização de células-tronco*. Disponível, em :< <http://www.consciencia.br/reportagens/celulas/11.shtml/>>. Acesso em: 5 set. 2004.

### **Para onde enviar:**

#### **Revista Brasileira de Bioética**

Setor de Rádio e Televisão Norte, SRTVN, Quadra 702, Edifício Brasília Rádio Center, conjunto P, sala 1.014.

CEP: 70.719 – 900

[sbbioetica@sbbioetica.org.br](mailto:sbbioetica@sbbioetica.org.br)

## Ficha de afiliação à SBB

Nome:.....

Sexo: F  M

Naturalidade:..... Nacionalidade:.....

RG:..... Órgão Expedidor:.....

CPF:..... Data Nascimento:.....

Endereço Residencial:.....

Bairro:..... Cidade:..... Estado:.....

Cep:.....

Tel: ( )..... Fax: ( )..... e-mail:.....

Instituição onde trabalha:.....

Cargo atual:.....

Fone: ( )..... Fax: ( )..... e-mail:.....

Qualificação Profissional (Graduação):.....

Maior titulação acadêmica:.....

Áreas de interesse específico na bioética:.....

Assinatura

Valor da anuidade / 2005 – R\$ 125,00

Depósito – Banco Brasil, Agência 3475 – 4 conta corrente 10247 – 4

Favor preencher a ficha de afiliação e enviar junto com o comprovante de depósito bancário à SBB.

## Ficha de assinatura da RBB

Nome:.....

Instituição.....

Endereço.....

Bairro:..... Cidade:..... Estado:..... Cep:.....

Fone: ( )..... Fax: ( )..... e-mail:.....

Referente ao ano de.....

Valor da anuidade da RBB: R\$ 80,00 (quatro números por ano)

Depósito – Banco Brasil, Agência 3475 – 4 conta corrente 10247 – 4

Favor preencher a ficha e enviar junto com o comprovante de depósito bancário à SBB.



**Revista Brasileira de Bioética**

Setor de Rádio e Televisão Norte, SRTVN, Quadra 702,  
Edifício Brasília Rádio Center, conjunto P, sala 1.014.

CEP: 70.719 – 900

[sbbioetica@sbbioetica.org.br](mailto:sbbioetica@sbbioetica.org.br)